

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**RITA DE CÁSSIA SEGANTINI BONANÇA**

**O ESTATUTO DA PALAVRA NA ESTRUTURAÇÃO DO  
SUJEITO**

**Dissertação apresentada ao Instituto  
de Estudos da Linguagem da  
Universidade Estadual de Campinas  
para a obtenção do Título de Mestre em  
Linguística.**

**Orientadora: Profa. Dra. Nina Virginia  
de Araújo Leite**

**CAMPINAS**

**2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR  
CRISLLENE QUEIROZ CUSTODIO – CRB8/8624 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE  
ESTUDOS DA LINGUAGEM – UNICAMP

B64e	<p>Bonança, Rita de Cássia Segantini, 1956- O estatuto da palavra na estruturação do sujeito / Rita de Cássia Segantini Bonança. -- Campinas, SP : [s.n.], 2012. Orientador : Nina Virgínia de Araújo Leite. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Palavra (Linguística). 2. Sujeito (Psicanálise). 3. Linguagem - Origem. 4. Inconsciente. 5. Verdade. I. Leite, Nina Virginia de Araújo, 1950-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.</p>
------	---

Informações para Biblioteca Digital

**Título em inglês:** The status of the word in the structuring of the subject.

**Palavras-chave em inglês:**

Word (Linguistics)

Subject (Psychoanalysis)

Language and languages - Origin

Unconscious

Truth

**Área de concentração:** Linguística.

**Titulação:** Mestre em Linguística.

**Banca examinadora:**

Nina Virgínia de Araújo Leite [Orientador]

Maria Viviane do Amaral Veras

Maria Teresa Guimarães de Lemos

**Data da defesa:** 24-02-2012.

**Programa de Pós-Graduação:** Linguística.

BANCA EXAMINADORA:

Nina Virgínia de Araújo Leite

*Nina*

Maria Viviane do Amaral Veras

*Viviane Veras*

Maria Teresa Guimarães de Lemos

*MTG*

Maria Rita Salzano Moraes

\_\_\_\_\_

Flávia Trocoli Xavier da Silva

\_\_\_\_\_

IEL/UNICAMP  
2012

Aos que me deram a vida.

Aos que a fizeram valer a pena.

Aos que eu pude trazer à vida.

Aos amigos.

Aos mestres.

Aos que me conduziram pelos caminhos da  
psicanálise.

## AGRADECIMENTOS

A aposta da orientadora é fundamental no momento angustiante da escrita. Agradeço à Profa. Dra. Nina Leite, não só pela aposta e a orientação da dissertação mas, por todos esses anos de formação. Aprendi muito com suas aulas, nos grupos do Outrarte e nas Jornadas que, pela importância e abrangência no âmbito acadêmico e psicanalítico, possibilitou o convívio com verdadeiros mestres da escrita, das artes e da psicanálise. Sua vida de muito trabalho, ética e dedicação ficam como os principais ensinamentos.

Sou imensamente grata à Profa. Dra. Maria Teresa Lemos por sua transmissão e também por ter me apresentado à Profa. Nina. Foi a potência da sua palavra na condição de minha primeira professora de Psicologia da Personalidade, ainda na graduação em Psicologia que despertou, não só meu interesse pela psicanálise como pelo trabalho de pesquisa. Sem esse primeiro instante não seria possível o depois.

Minha gratidão se estende ainda à Flávia Trocoli pelo apoio nos meus primeiros passos no IEL e à Viviane Veras e Maria Rita S. Moraes pelas correções que indicaram a possibilidade de um novo rumo ao meu trabalho.

Ao grupo SEMASOMA na pessoa da Vera Colucci e de Sonia M. Rodrigues pelo acolhimento e pelas horas de estudo e trabalho intensos que vivemos juntos. Em especial ao grupo ELIPSI representado por Eliana Benguela e Conceição Azenha (Ciça), pelas discussões e leituras tão importantes na formação de um analista no exercício da clínica psicanalítica com crianças.

Aos professores, funcionários e, em especial a secretaria da pós-graduação do Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP, meus agradecimentos pela formação, informação e a atenção a mim dispensados durante esses anos todos.

Aos membros da Escola de Psicanálise de Campinas pela transmissão.  
À Cristina Guimarães pela sua posição nessa trajetória.

Pelo carinho e pelo apoio de toda minha família: ao Wilson por ter sido companheiro durante todos esses momentos; aos meus filhos, que me enchem de orgulho: Marcus, Felipe, Catarina e Eduardo, por tudo que me ensinaram; aos

agregados que também são filhos: Raquel, Adriana, Rafael e Nathália pelo incentivo e compreensão. Um agradecimento especial à minha inspiração Maria Luisa – Malu – que com sua vida renovou esperanças e me fez sentir o prazer de ser chamada de Vovó.

Aos meus pais Antenor e Ruth (saudades), meu irmão Kico e à Valéria. À Nalva pela ajuda e suporte no dia a dia.

Enfim, agradeço a todos os amigos que estiveram ao meu lado nessa empreitada, aos que sabiam do que se tratava e aos que, mesmo sem saber, se fizeram importantes!

*Palavra prima  
Uma palavra só, a crua palavra  
Que quer dizer  
Tudo  
Anterior ao entendimento, palavra*

*Palavra viva  
Palavra com temperatura, palavra  
Que se produz  
Muda  
Feita de luz mais que de vento, palavra*

*Palavra dócil  
Palavra d'água pra qualquer moldura  
Que se acomoda em balde, em verso, em mágoa  
Qualquer feição de se manter palavra*

*Palavra minha  
Matéria, minha criatura, palavra  
Que me conduz  
Mudo  
E que me escreve desatento, palavra*

*Talvez à noite  
Quase-palavra que um de nós murmura  
Que ela mistura as letras que eu invento  
Outras pronúncias do prazer, palavra*

*Palavra boa  
Não de fazer literatura, palavra  
Mas de habitar  
Fundo  
O coração do pensamento, palavra*

(Uma Palavra – Chico Buarque – 1995)

## RESUMO

Uma pergunta advém ao analista no exercício mesmo de sua práxis ao se deparar, em sua escuta, com uma palavra que escapa da fala do paciente. Uma palavra que tem o poder de velar e desvelar o sujeito que ali está confrontado com uma questão e diante da impossibilidade de fazer algo com isso. A construção de um saber sobre o estatuto da palavra na estruturação do sujeito que compreende sua concepção, nascimento e constituição subjetiva, está atrelada à sua condição de ser falante. A potência e a eficácia da palavra na transmissão da tradição cultural através das gerações possibilitam um dizer sobre o sujeito, sua história e a verdade de sua origem. As leis que regem seus pensamentos e afetos estão submetidas às palavras que o falaram desde sempre no desejo inconsciente de seus pais. Esse saber constituído possibilita ao analista um manejo da escuta que ele opera na transferência em análise. Os estudos linguísticos e psicanalíticos possibilitaram um recorte na investigação sobre a palavra. Porém, não fora da sua condição de funcionamento, ou seja, a partir de uma língua – a materna e, pela fala que só se estabelece dentro do campo da linguagem. Essa constatação esclarece que o poder da palavra não está naquilo que ela comunica pelo seu enunciado, mas pelo efeito significante no sujeito por sua enunciação. O fato de não existir sujeito fora do campo da linguagem é que estabelece o vínculo e determina o estatuto da palavra que opera na sua estruturação. O percurso teórico que deu consistência a essa pesquisa nos permite algumas considerações. Primeiro que uma palavra, mesmo que proferida na língua materna no exercício da fala dentro do campo da linguagem na sua intenção de transmitir uma verdade, é sempre um lance ao acaso. Segundo que jamais podemos prever os seus efeitos. E por fim, que a única possibilidade é, pela palavra num ato de fala, desdobrá-los no só – depois.

**Palavras-chave:** Palavra, Sujeito, Linguagem, Inconsciente, Verdade, Psicanálise.

## ABSTRACT

A question comes to the analyst's mind in her clinical work when she hears a word spring out of the patient's speech. A single word has the power to veil or unveil the subject that is there facing a question and without being able to do anything about it. The construction of knowledge regarding the status of the word in the structuring of the subject, including her conception, birth and subjective constitution, is related to her condition as a speaking being. The strength and effectiveness of the word in transmitting cultural tradition from one generation to the next allows something to be said about the subject, her history and the truth of her origins. The laws that govern her thoughts and affects are subordinated to the words that have spoken this subject ever since she was in her parents' unconscious desire. This constituted knowledge enables the analyst to listen in the transference in analysis. Studies in linguistics and psychoanalysis have provided a perspective for studying the word, but not outside its manner of functioning. In other words, words operate on the basis of a language, namely the mother tongue, and through speech that can only come to be in the field of language. This perception means that the power of the word is not in what it communicates through its statements, but through the signifying effect in the subject by stating it. The fact that no subject exists outside the field of language establishes the bond and determines the status of the word that operates in the structuring word. The theoretical history on which this study is based allows for three important considerations. First, even if a word is spoken in the mother tongue in the exercise of speech in the field of language, and has the intention to convey the idea of a truth, it nevertheless always depends on chance. Secondly, we can never foresee the effect a word will have. Finally, the only possibility is to evaluate its effects *post-factum*.

**Keywords:** Word, subject, language, unconscious, truth, psychoanalysis

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> _____	<b>1</b>
Objetivos gerais	
Objetivos específicos	
<b>DA TRANSMISSÃO...</b> _____	<b>5</b>
<b>“UM” – NASCIMENTO DO SUJEITO</b> _____	<b>17</b>
<b>O SUJEITO É FALADO</b> _____	<b>33</b>
As questões do Inconsciente _____	<b>37</b>
A verdade fala eu _____	<b>45</b>
<b>DA ESTRUTURAÇÃO SUBJETIVA</b> _____	<b>53</b>
Sujeito e Subjetividade _____	<b>59</b>
<b>A PALAVRA QUE (DES) VELA</b> _____	<b>65</b>
Função do juízo _____	<b>72</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> _____	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> _____	<b>82</b>

## INTRODUÇÃO

O objetivo de estudo desta dissertação é investigar o estatuto da palavra que está atrelada à condição do sujeito de *ser falante* e à verdade sobre sua origem e sua história e como ela opera na sua estruturação. Proposta que compreende analisar os efeitos da palavra na sua concepção, no seu nascimento e na constituição da sua subjetividade.

Nosso objetivo é a construção de um saber sobre o estatuto da palavra na estruturação do sujeito, que por sua eficácia opera na transmissão da tradição cultural através das gerações e das leis que regem os pensamentos e afetos e, ordena o campo simbólico. As considerações resultantes dessa investigação visam oferecer ao analista uma possibilidade de apreender os efeitos e a potência da palavra na estruturação do sujeito que possa contribuir no manejo da escuta em análise.

A pergunta que organiza o objetivo proposto é: qual o estatuto da palavra e quais são seus efeitos significantes na transmissão da vida e da história de um sujeito no seu nascimento e na sua estruturação subjetiva? Pergunta esta que advém ao analista no exercício mesmo de sua práxis ao se deparar em sua escuta com uma palavra que escapa da fala do paciente e, ao mesmo tempo, vela e desvela o sujeito que ali está. Uma vez confrontado com essa questão e diante da impossibilidade de fazer algo com isso, a menos que se possa saber sobre a potência desse efeito, cabe ao analista construir um saber sobre o estatuto dessa palavra.

Essa proposta surge como desdobramento de um primeiro trabalho, cuja trajetória de investigação se delineou no decorrer da minha graduação em Psicologia. O programa de bolsas para monitoria da disciplina de Psicologia da Personalidade I e II previa o desenvolvimento de um projeto de pesquisa e, dessa forma, ao ingressar assumi a responsabilidade de desenvolver um projeto orientado pela professora responsável pela disciplina.

O objetivo desse trabalho se configurou por uma questão que era recorrente no meu trabalho de técnica em métodos naturais de planejamento familiar. Tratava-se de uma atividade exercida no departamento de ginecologia e

obstetrícia de um hospital maternidade. O departamento funcionava com uma equipe multidisciplinar composta por ginecologistas, psicólogas, nutricionistas e técnicas em métodos de controle da fertilidade e oferecia essa estrutura como suporte aos casais com dificuldades para engravidar ou que não podiam, por algum motivo, fazer uso de métodos artificiais. O atendimento, a escuta e o acompanhamento dos casais inscritos e também dos seus dramas deu origem à questão que orientou o meu projeto de monitoria: qual o lugar (psíquico) que o filho ocupa nas relações familiares atuais?

Para a análise do lugar, que naquele momento foi denominado de “psíquico”, elegemos como sujeito da pesquisa o filme de Pedro Almodóvar – *Tudo sobre minha mãe* (1999).<sup>1</sup> Essa primeira experiência de pesquisa em psicanálise resultou em outras tantas questões que a formação e o exercício da clínica psicanalítica vieram desdobrar. A pergunta foi se estendendo, era preciso pensar que se considerávamos a existência de um lugar que denominamos psíquico e propusemos esse lugar como possibilidade para o filho na vida de seus pais, nos restava responder sobre esse lugar.

Os primeiros passos no estudo da teoria psicanalítica permitiram responder essa questão pensando esse lugar habitado pelo filho, como sendo o campo discursivo dos pais, ou seja, um lugar onde ele é primeiro falado. Mas, dizer que o sujeito habita um campo discursivo não basta, é preciso dimensionar a complexidade do que está sendo dito. Esse habitar inclui pensar sua concepção no desejo dos seus pais, seu nascimento e sua estruturação. Abre-se um enorme campo de investigação com inúmeras questões e efeitos de inquietação.

Para Lacan no *Seminário 11* ([1964]1998), o sujeito nasce determinado pela linguagem e pela fala e tem sua origem no lugar do Outro materno, lugar onde surge o primeiro significante. Essa afirmação sintetiza o percurso que se estabeleceu para estruturar os objetivos específicos dessa dissertação que serão analisados nos seguintes capítulos: 1) Da transmissão; 2) “Um” – Nascimento do sujeito; 3) O sujeito é falado; 4) Da estruturação subjetiva; 5) A palavra que (des) vela.

---

<sup>1</sup> Refere-se ao Projeto de Pesquisa “*Tudo sobre minha mãe*”: uma análise do lugar (psíquico) do filho nas relações familiares atuais, desenvolvido entre 2003 e 2004, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Teresa G. de Lemos, na Universidade Paulista com o apoio do CEPPE – Centro de Apoio e Pesquisa em Pedagogia e Psicologia.

O primeiro capítulo dessa dissertação tem como objetivo responder as questões que envolvem a transmissão pela palavra, o funcionamento desse mecanismo e as condições que garantem sua eficácia. Desejamos compreender a função da ordem simbólica, ordem essencial em que se situa a psicanálise e a qual pertence o fenômeno do inconsciente e, investigar o que essa ordem na qual o sujeito se introduz esclarece no que diz respeito às relações que o estruturam.

A seguir nossa tentativa é de responder às questões que envolvem a concepção do sujeito no desejo inconsciente dos pais, as angustias do seu nascimento e, a eficácia da palavra nesse momento tão insondável. Na sequência, optamos por analisar a condição do sujeito de *ser falado*, de ser desde sempre *palavra no Outro*. Para tanto, será necessário nos determos na questão do efeito da palavra produzido por um ato de fala, que não é possível sem estar habilitado pelo o campo da linguagem, lugar de nascimento do sujeito.

O capítulo seguinte propõe pensar a importância das operações de alienação e separação no processo da constituição da subjetividade e a relação entre os termos sujeito e subjetividade. Por último, nossa tentativa se concentra em reunir argumentos que permitam responder sobre a eficácia da palavra no (des) velar do sujeito e seus efeitos na proposta do método psicanalítico de decifrar as questões inconscientes que determinam o sujeito.

O referencial teórico escolhido para perseguir nosso objetivo consiste basicamente em autores da lingüística e psicanálise sendo que, o Relatório de Lacan sob o título *Função e Campo da Fala e da Linguagem em Psicanálise* ([1953] 1998) e o *Discurso de Roma* ([1953] 2003) proferido para introduzir o estudo do Relatório, se constituem como fio condutor para a investigação proposta. A escolha dos textos se justifica pela similaridade da inquietação e das questões apresentadas pelos estudantes presentes no Congresso de Roma<sup>2</sup>.

Dentre as inúmeras questões articuladas pelos estudantes frente à leitura do Relatório *Função e Campo da Fala e da Linguagem em Psicanálise* ([1953] 1998) Lacan elege uma questão para abrir seu discurso – “De que se trata?”. Ele destaca a forma intimidada presente na elaboração das perguntas e o compreensível receio da inconveniência. Diante desse fato ele tranquiliza os estudantes, dizendo que o apelo tão desarmado contido nas questões pode

---

<sup>2</sup> Congresso de Roma em 26 e 27 de Setembro de 1953, no Instituto di Psicologia della Università di Roma.

parecer estranho aos olhos da ciência moderna, mas na verdade, esse apelo somente oculta a angústia e as incertezas profundas sobre o próprio objeto que concerne o interesse e o trabalho de cada um ali presente.

Lacan resume as questões apresentadas em uma única e sucinta pergunta para em seguida desdobrar:

De que se trata? (...) O que pode acontecer de efetivo entre dois sujeitos, dentre os quais um fala e o outro escuta? Como pode uma ação, tão intangível naquilo que se vê e naquilo que se toca, atingir as profundezas que presume? (LACAN, *Discurso de Roma* [1953]2003, p. 140)

Essa é realmente a pergunta que insiste na formação em psicanálise: “De que se trata?” Se o real com que o analista se defronta em uma análise, é justamente uma pessoa a quem é preciso deixar falar, o que de fato se diz e o efeito disso são questões que Lacan avalia como fundamentais no processo de formação em psicanálise e, em assim sendo, deve ser perseguido pelo analista.

Se uma palavra só pode ser articulada em um ato de fala esse é o caminho, e não outro, que esboça uma possibilidade para a investigação do recorte proposto para esse trabalho. Pela psicanálise, no dizer de Lacan, é na ação da fala que o homem se funda em sua autenticidade. Essa ação, no entanto, não se trata de simples comunicação, mas de um ato de fundação que pode ser apreendido nos equívocos da fala do sujeito em análise.

Partindo dessas questões e considerações proferidas por Lacan no *Discurso de Roma* ([1953]2003), nossa proposta de investigar o estatuto da palavra que pela sua potência produz efeitos significantes na concepção, nascimento e constituição do sujeito, se organizará pelo estudo da função da fala que opera no campo da linguagem.

## 1) DA TRANSMISSÃO...

*“Nem tínheis à mão matéria alguma com que modelásseis o céu e a terra. Nesse caso, donde viria essa matéria que Vós não criáreis e com a qual pudésseis fabricar alguma coisa? Que criatura existe que não exija a vossa existência? Portanto, é necessário concluir que falastes, e os seres foram criados. Vós os criastes pela vossa palavra!”* (SANTO AGOSTINHO, O Homem e o Tempo [397-398] 1973, p. 238, 239).

Como poderíamos descrever a criação do mundo, com toda a sua grandeza e com toda a nossa alma para as gerações que se repetem? Seria, talvez, quem sabe, através de imagens pintadas ou ainda esculpidas? Que outro mecanismo daria conta dessa transmissão? Nenhum outro poder daria conta disso, diz Benveniste (1995), só a narrativa da criação do mundo, uma “sucessão de ruídozinhos vocais que se dissipam, apenas emitidos, apenas percebidos” (p.30), pode transmitir pela palavra, a cada geração a grandeza desse momento original e assim a cada vez que a narrativa se repete o mundo pode recomeçar. Segundo o autor a linguagem é o mais econômico dos simbolismos, pois não exige uma manipulação laboriosa, nem mesmo esforço corporal e dessa forma, nenhum outro poder em nenhum outro momento conseguirá se igualar a esse que faz tanto com tão pouco.

Pela sua potência, a palavra põe em cena não só a criação do mundo e a origem da humanidade, sua constituição e formação, mas também, magos, curandeiros, escritores, artistas, poetas, mestres e psicanalistas, na condição de matéria prima comum no processo de constituição, formação e transmissão. A eficácia da palavra na transmissão se deve ao fato de que aquele que a profere está autorizado pelo outro e por si mesmo e, somente sob esta condição é que ela pode produzir efeito. Seu efeito significante exercido sobre o homem se estrutura no campo da linguagem, ou seja, só inserida em uma cultura e a partir de uma língua comum, a palavra pode agir sobre o outro. Não se trata, portanto, de uma palavra qualquer, mas uma palavra que pode ser significada por aquele que a profere e por aquele que a escuta dentro do grupo social.

O homem nasce emaranhado nos laços de parentesco, que Lacan ([1953] 2003) no *Discurso de Roma*, diferencia da trama real das gerações, cujo

trançado é repleto de repetições de situações e motivos que descaracterizam o individual e o substituem pela identidade do seu grupo. O autor afirma que é justamente nesse emaranhado, no conjunto de estruturas elementares de parentesco, que o sujeito, pela função da palavra na linguagem, alcançará a fala que o constituirá numa ordem simbólica, isto é, submetido a proibições e leis que em sua maioria se opõem às suas necessidades naturais. As estruturas de parentesco compreendem a cultura, as línguas, os valores, o sistema de troca, os bens, o lugar da mulher, da criança; e tudo o mais relacionado ao sujeito encontra nessas estruturas uma certa homogeneidade reconhecida e avalizada por uma ordem simbólica.

A antropologia em suas observações experimentais, encontradas no trabalho de Lévi-Strauss ([1973]1976), mais precisamente em seu texto a *Eficácia Simbólica*, nos proporciona um exemplo e uma possibilidade de reflexão sobre o efeito da palavra nas culturas primitivas. O antropólogo em sua narrativa destaca como central a força curadora e restauradora exercida pela palavra nas curas xamanísticas, onde os rituais descritos pelo autor colocam em cena o poder da palavra no canto xamã e na fantasia do paciente.

O longo encantamento cantado pelo curandeiro, referido pelo autor, tem sua versão indígena com 18 páginas e 530 versículos e foi recolhido de um velho informante da tribo dos Cuna, no território da República do Panamá. A finalidade do cerimonial xamã é ajudar um parto difícil que colocava em risco a vida da mulher e do seu filho. Neste rito, o xamã, pela palavra, expulsa do corpo da paciente o que há de doente, facilitando o parto, sem sequer tocá-la. As palavras cantadas pelo curandeiro, conforme descreve o autor em seu texto, organizam e desbloqueiam o funcionamento fisiológico da paciente, permitindo que o processo do nascimento do bebê aconteça com tranquilidade. Não foram necessários procedimentos outros, como suturas ou incisões, ou ainda, a ingestão de poções ou essências; bastaram as palavras do seu canto para operar a cura.

O xamã fornece uma linguagem à sua paciente, não qualquer linguagem, mas aquela na qual ela está inserida culturalmente. No seu canto, palavra por palavra, ele constrói o mito que, com sua eficácia simbólica promove a cura. Cito Levi-Strauss: “Que a mitologia do xamã não corresponda a uma

realidade objetiva, não tem importância: a doente acredita nela, e ela é membro de uma sociedade que acredita nela.” ([1973] 1976 p.228)

A eficácia dessa palavra cantada pelo xamã diz respeito a uma experiência que precede essa mulher que está para dar a luz a um filho; as palavras proferidas provêm de um campo organizado por uma linguagem mítica própria da sua cultura. Antes mesmo que essa mulher pudesse imaginar ter seu filho, ou ainda, antes mesmo que ela fosse concebida, certas relações já estavam determinadas pelo seu povo, sua tribo. Essas relações se prendem à natureza desse povo e aos significantes originários de sua cultura que foram, no decorrer do tempo, inaugurando e, ao mesmo tempo, organizando as relações e fornecendo uma estrutura mítica que pudesse orientar seus atos. Podemos dizer que antes de qualquer curandeiro poder cantar um canto para operar uma cura, ele mesmo, e todos os outros indivíduos de seu povo já foram contados por alguém; por isso mesmo é que sua palavra hoje pode ter a potência de curar e ele pode transmitir a outros.

O que dessa potência nos interessa investigar nesse momento, são os efeitos que ela produz no que diz respeito à sua função na transmissão mítica da tradição simbólica no nascimento de um sujeito e como ela opera na sua constituição subjetiva.

A estrutura simbólica, segundo Lacan ([1964] 1998), no seu Seminário 11 intitulado *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, precede ao sujeito e já fornece significantes que irão transmitir normas de conduta e formas de se relacionar. Esses significantes irão organizar sua história permitindo que esse sujeito possa contar-se, ali mesmo, onde já foi contado – “(...) antes de qualquer formação do sujeito, de um sujeito que pensa, que se situa aí – isso conta, é contado, e no contado já está o contador. Só depois é que o sujeito tem que se reconhecer ali, reconhecer-se ali como contador.” (p. 26)

Consideramos importante pontuar essa frase de Lacan, pois, nos coloca questões importantes e uma direção para nossa investigação, a saber, esse só depois do sujeito, nisso que ele desconhece, mas que é seu, que o constitui, que a palavra vela e desvela, mas que por um momento surge como sendo um saber do outro sobre ele. Um saber que parece estranho, porém, produz efeito de transmissão por ser familiar. Segundo o autor, o sujeito nasce

incluído em um discurso que o precede e determina seu papel no drama que dará sentido às palavras de sua fala.

Na literatura encontramos uma personagem que aposta no efeito restaurador e sedutor da palavra que enuncia. Seu nome é Scherazade, a contadora de histórias que com suas palavras escapa da ira do Sultão, contando histórias por “mil e uma noites”, sem que o Sultão se canse ou desista de ouvi-las. Ela acredita na possibilidade de promover, com seu ritual narrativo, uma transformação interior no Sultão, resgatando sua capacidade amorosa. Para executar tal façanha Scherazade investe nas palavras e na sua habilidade em manejá-las, construindo histórias e, para tanto, arrisca sua vida. Assim, noite após noite, ela estabelece um vínculo com o Sultão e cria laços que restabelece sua condição amorosa e afetiva. Scherazade oferece a Schariar, de forma mítica, não uma história enganadora, mas uma fantasia que narra ao Sultão, noite após noite, uma verdade sobre os seus próprios conflitos e angústias.

Segundo Meneses (2004), a desordem da vida de Schariar, gerada pela traição de sua esposa, o atormentava bloqueando sua capacidade de envolver-se afetivamente com outra mulher. Transtornado pela fúria, ele determinou e ordenou aos seus súditos que toda noite desejava ter em seu leito uma virgem que, ao amanhecer, deveria morrer para que não tivesse chance de traí-lo. Scherazade, na condição de virgem e filha de um dos homens de confiança do Sultão, se oferece para ser uma das vítimas, porém, sua esperança consistia não só em desposar o Sultão, como também salvar as demais jovens do reino do seu furor. Ela tece com sua narrativa, noite após noite, palavra por palavra, uma teia ardilosa e consegue a cada dia, mais um dia, e assim, seu fio narrativo refaz, ponto a ponto, o coração esfarrapado do Sultão que havia se dilacerado pela infidelidade de sua esposa.

A contadora de histórias não fala ao Sultão de outra história que não a dele mesmo. Ela utiliza elementos, personagens que falam de outras histórias, de outros homens, porém, sem nunca se afastar das questões que o inquietavam e o faziam sofrer. Sua habilidade em manejar as palavras, sem se afastar da verdade sobre o Sultão, produziu um efeito mítico, o que significa dizer que, mesmo parecendo estranho e de um outro, a história contada a cada dia era sempre a sua.

O estabelecimento das relações intersubjetivas pela palavra proferida em um ato de fala possibilita a transmissão dos mitos, dos ritos, da verdade, da história e da tradição cultural de um povo. A questão que se coloca quando experimentamos ou nos deparamos com a ação da palavra é justamente a questão que Lacan ([1953] 2003) evidencia no *Discurso de Roma*: “De que se trata?” (...) “O que pode acontecer de efetivo entre dois sujeitos, dentre os quais um fala e o outro escuta?” (p. 140) Para tentar uma possível resposta ele propõe pensar o fato mesmo do efeito de um ato de fala, que apesar de tão intangível naquilo que se toca, é eficaz no que presume e tem o poder de atingir as profundezas do sujeito. Uma vez estabelecido o fenômeno da transferência, fundamental para que o ato de fala produza efeito, “(...) ele participa da elaboração da própria história como tal, isto é, do movimento retroativo pelo qual o sujeito, assumindo uma conjuntura em relação com o futuro, reavalia a verdade de seu passado com base em sua nova ação.” (p.145)

A potência da palavra, por mais cotidiana que seja, é inegável e sua magia não se apresenta somente em palavras tais como: “Abre-te Sésamo”, que precisa ser assim pronunciada, sem erros ou engasgos para que o efeito se produza e a porta se abra. Sua eficácia na transmissão, mesmo que sem a mesma precisão da palavra mágica, possibilita ao homem, geração após geração, contar a mesma história e produzir, com esse ato, o mesmo resultado.

Na poesia, a palavra articulada em versos e rimas tem a possibilidade de produzir um deslumbramento arrebatador. A arte na criação poética instigou Freud ([1908] 1996), o pai da psicanálise, que no efeito mesmo desse fascínio fez uso desse material fecundo na construção de sua teoria. Em *Escritores Criativos e Devaneios*, ele reconhece que o poeta possui um segredo, uma capacidade de suscitar emoções e que a poesia tem o poder de nutrir paixões. Todos nós, segundo ele, temos perfeita consciência do fascínio que ela exerce sobre cada um de forma particular.

Nós leigos, sempre sentimos uma imensa curiosidade (...) em saber de que fontes esse estranho ser, o escritor criativo, retira seu material, e como consegue impressionar-nos com o mesmo e despertar-nos emoções das quais talvez nem nós julgássemos capazes. (FREUD [1908] 1996, p.135)

As emoções provocadas pelos escritos poéticos são assunto de uma carta de Freud ([1897]1986) endereçada ao amigo Wilhelm Fliess (15 de outubro). Nessa carta Freud comenta com o amigo a atração exercida na platéia pela tragédia – Édipo rei. Ele analisa o motivo dessa fascinação tendo em vista que esse teatro da fatalidade, pelo seu argumento, ou seja, o incesto posto em cena, segundo objeções de diversas naturezas, estaria destinado a fracassar. No entanto, captura a cada um presente na sua encenação. Freud conclui que não se trata simplesmente de ser fisgado pela trama de Édipo, mas por ela testemunhar a verdade de cada um ali presente.

Nossos sentimentos se rebelam contra qualquer compulsão arbitrária individual, como se pressupõe em *Die Ahnfrau*<sup>3</sup> e similares; mas a lenda grega capta uma compulsão que todos reconhecem, pois cada um pressente sua existência em si mesmo. Cada pessoa na platéia foi, um dia, um Édipo em potencial na fantasia, e cada uma, horrorizada, diante da realização de sonho ali transplantada para a realidade, com toda a carga de recalçamento que separa seu estado infantil do estado atual. (FREUD, [1987] 1986, p.273)

Podemos nos perguntar, assim como Benveniste (1995) o fez, como poderia Freud ter construído e transmitido a sua teoria psicanalítica, os poetas seus versos, os escritores seus trabalhos, e os curandeiros seus ritos e as contadoras suas histórias; o que de fato poderiam todos eles sem a palavra? Como seria possível transmitir os mitos, as fábulas e a tradição? Nada poderiam, pois segundo ele, é a palavra, que no seu vaivém, cria, ordena, forma, informa e estabelece relações das mais diferentes formas e dimensões. A palavra, diz ele, assegura a transmissão, mas, como já mencionamos, é preciso que esteja habilitada para isso pela linguagem.

Benveniste (1995) afirma que a linguagem está na natureza do homem, porém, ele não a fabricou. Para ele, é impossível ver um homem separado da linguagem e, ao mesmo tempo, nunca o vemos no ato de inventá-la. O homem se constitui como sujeito na e pela linguagem, porque é ela que fundamenta a sua realidade de *ser*. E só assim, constituído na sua subjetividade e por seu status lingüístico, que aquele que nasce pode propor-se como sujeito.

---

<sup>3</sup> *Die Ahnfrau* foi a primeira peça publicada de F. Grillparzer (1817). Diz respeito ao incesto entre os irmãos e ao parricídio. (MASSON, 1986, p.274)

O homem sentiu sempre – e os poetas frequentemente cantaram – o poder fundador da linguagem, que instaura uma realidade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não existe, traz de volta o que desapareceu. É por isso que tantas mitologias, tendo de explicar que no início dos tempos alguma coisa pôde nascer do nada, propuseram como princípio criador do mundo essa essência imaterial e soberana, a Palavra. Não existe realmente poder mais alto, e todos os poderes do homem, sem exceção, pensemos bem nisso, decorrem desse. A sociedade não é possível a não ser pela língua; e, pela língua, também o indivíduo. O despertar da consciência na criança coincide sempre com aprendizagem da linguagem, que a introduz pouco a pouco como indivíduo na sociedade. (BENVENISTE 1995, p. 27)

Antes mesmo de qualquer experiência particular do sujeito, o autor nos diz que a linguagem como estrutura já está lá produzindo efeitos significativos que irão determinar os caminhos, as conquistas, os embaraços e as vicissitudes no transcorrer da sua vida. O fundamental para o seu nascimento e sua constituição como sujeito é uma palavra verdadeira que possibilite o seu nascimento, o nomeie e fale sobre ele; que conte sobre sua origem e seu destino, organize a sua história e lhe ofereça a oportunidade de se tornar um ser falante, um sujeito da linguagem inserido na sua família e na sua cultura.

Para Benveniste (1995), a linguagem é o instrumento da relação intersubjetiva capaz de reproduzir a realidade de tal modo que, aquele que fala tem o poder de fazer renascer, pelo seu discurso, o acontecimento e também sua experiência do acontecimento, possibilitando àquele que ouve, a reprodução. A dupla função do discurso fica, portanto, expressa no diálogo, na troca. Aquele que fala, representa a realidade e o ouvinte a recria a partir do seu pensamento que, por sua vez, só se justifica na linguagem. Desse modo, o conhecimento do mundo e dos seus acontecimentos é determinado em dois tempos: pela expressão que se recebe daquele que fala e pela forma como se escuta. Esse mecanismo de transmissão e recepção de conhecimentos e informações é que possibilita a reprodução do mundo, ou seja, a linguagem, porém, não sem estar submetida à sua própria organização, a cultura.

A faculdade de simbolizar representada pela linguagem, segundo Benveniste (1995), é inerente à condição humana e, por sua função organizadora, pode ser reconhecida como a mais alta forma de uma faculdade. A capacidade simbólica está na base das funções conceituais e, por meio do pensamento,

permite ao homem construir representações das coisas e operar sobre essas representações. Nesse processo o pensamento revela sua capacidade de reter a estrutura de um objeto e a possibilidade de conseguir identificá-lo num outro lugar, tempo ou condição. Sua forma de operar demonstra todo o seu poder de abstração e, ao mesmo tempo, o princípio da imaginação criadora que a capacidade simbolizante permite. Essa faculdade é despertada desde muito cedo na criança, é anterior à aquisição da linguagem, porém só se estabelece por ela, e está na origem de sua vida consciente.

A linguagem para Benveniste (1995) é a expressão simbólica por excelência e a sociedade só se estabelece por intermédio dela, que comporta a relação do homem com a natureza e com seu semelhante. Esse processo só é possível “e se realiza sempre dentro de uma língua, de uma estrutura lingüística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular.” (p.31)

A singularidade do percurso do sujeito no campo da linguagem, campo esse que é lugar de nascimento do sujeito, pode ser considerada constituinte da sua subjetividade. A experiência de viver e a linguagem não cessam de coexistir e de produzir a cada vez o homem como sujeito. O autor destaca a importância fundamental de pensar esse campo como um lugar, onde mesmo ainda não existindo um *ser falante*, aquele que fala a um outro, ele já é, desde sempre, palavra no outro.

No entanto, não basta afirmar que o sujeito nasce no campo da linguagem e se torna um ser falante, ou seja, nem o *ser-falante*, nem o *ser-dito* explicam o fato de existir fala e linguagem.

É por meio de uma língua instituída por uma sociedade que, segundo Benveniste (1989), a linguagem prova sua eficácia simbólica. Assim, quando falamos – no desejo de estabelecer relações ou, ainda, de transmitir uma mensagem – precisamos falar a partir de uma língua – “(...) a língua compõe-se de elementos isoláveis e que cada um tem um sentido e são articulados segundo um código.” (p.20) A língua é do domínio dos sentidos e eles operam unicamente no seu interior e são distintos em duas modalidades: semiótico e semântico.

A unidade semiótica que ele identifica com o signo saussureano<sup>4</sup> é uma unidade dotada de sentido, ou seja, todas as palavras de uma língua têm sentido

---

<sup>4</sup> F. de Saussure, no Curso de Linguística Geral (2000), faz distinção entre símbolo e signo. Ele estabelece o signo como unidade de língua, unidade mínima da frase, suscetível de ser

para quem a domina. Não importa muito que sentido seja esse, no nível semiótico, o que importa é ter ou não sentido. Na unidade semântica o sentido é resultante do encadeamento, do agrupamento, da seqüência e da correlação existente entre os signos. Portanto, o semiótico pode ser definido como o sentido fechado e contido em si mesmo, enquanto a unidade semântica é a que desencadeia a possibilidade de se relacionar com o mundo. Desse modo, não é possível constituir uma existência comum sem uma língua.

Exatamente, e o que a criança adquire, aprendendo, como se diz, a falar, é o mundo no qual ela vive na realidade, que a linguagem lhe dá e sobre o qual ela aprende a agir. Aprendendo o nome de uma coisa, ela adquire o meio de obter esta coisa. Empregando a palavra, ela age, pois, sobre o mundo e se dá conta obscuramente muito cedo. (BENVENISTE, 1989, p.24)

Esse mecanismo inconsciente, a língua, citado por Benveniste, é objeto de estudo da lingüística – uma ciência que se constitui em torno dos fatos da língua. Uma das tarefas dessa ciência, segundo Saussure (2000), consiste em: “procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história.” (p.13) São essas forças que o lingüista genebrino destaca como o que há de social (compartilhado) na linguagem e que constituirão a língua, permitindo o recorte que dará à então nascente ciência lingüística um objeto de estudo. Quanto à fala, ele a considera particular e individual, sujeita a outros fatores que não o puro funcionamento do sistema de signos (língua); segundo a teoria saussureana, deveria ser objeto de estudo de outros campos. Essa dicotomia língua/fala, embora tenha marcado a fundação por Saussure, de um campo de estudos, foi sendo retomada pelos próprios lingüistas, pela filosofia e todo o conjunto das ciências humanas formado por aqueles que se interrogam e discutem a capacidade do sujeito de abstrair e formar pensamento.

A estrutura da linguagem parece então constituir-se na dupla articulação língua e fala e só a partir desse lugar é que a palavra pode adquirir seu sentido próprio de potência. Podemos pensar que a palavra é articulada a

---

reconhecido como idêntico em um contexto diferente, ou de ser substituído por uma unidade diferente num contexto. O símbolo, diferentemente, tem por característica jamais ser arbitrário.

partir de uma língua que é falada por um determinado grupo social e sua ação não depende do seu significado gramatical, seja lá um verbo, um substantivo, ou ainda um adjetivo. A questão que está em jogo não é outra senão o efeito significativo que a palavra produz sobre aquele que a escuta. Esse efeito é determinado por uma construção, a saber, a palavra dentro de uma língua falada em uma determinada cultura. Dizer “negro” em um país do continente Africano não é a mesma coisa que dizer “negro” no Brasil, ou ainda nos Estados Unidos ou nos países da Europa. O mesmo acontece com as palavras como: mulher, criança, judeu, cristão, muçulmano, louco, caçula, primogênito, santo, vadio, escravo, general, político e tantas outras.

Esse efeito significativo não se reduz apenas a uma questão social, mas podemos pensar que uma palavra uma vez falada, pode causar efeitos insondáveis àquele que escuta. Nossa tarefa consiste em buscar nessa impossibilidade de dizer ao outro ao se falar a partir de uma língua o que de fato se deseja e, ainda assim, poder exprimir: o conveniente e o inconveniente; a verdade e a mentira; o justo e o injusto; o bem e o mal. Portanto, a palavra dita nem sempre expressa o que aquele que diz desejava, pelo fato dele mesmo desconhecer o que realmente deseja expressar quando a pronuncia.

Lacan ([1953]1998) em seu texto *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*, assegura, assim como Benveniste, que nós seres humanos nascemos em um mundo de linguagem, que não só precede o nosso nascimento, como continua após a nossa morte. Os pais, segundo ele, falam seus filhos muito antes deles nascerem e as palavras usadas, são em sua maioria, palavras que falam os filhos de sua família ou de sua cultura desde sempre. Essas palavras produzem efeito de transmissão pela sua tradição, ou seja, por serem utilizadas por décadas, assim como a narrativa da criação ou o canto no ritual xamã, as fábulas e os mitos. Eles escolhem um nome para seu filho, preparam um enxoval, um lugar físico na estrutura da casa, coisas que a criança utilizará somente depois de nascida, porém, no que se refere a fala dos pais, ela já está imersa muito antes de ser sequer concebida.

Os símbolos efetivamente envolvem a vida do homem numa rede tão total que conjugam, antes que ele venha ao mundo, aqueles que irão gerá-lo “em carne e osso”; trazem em seu nascimento, com os dons dos astros, senão com os dons das fadas, o traçado

do seu destino; fornecem as palavras que farão dele um fiel ou um renegado, a lei dos atos que o seguirão até ali onde ele ainda não está e para-além de sua própria morte; e, através deles, seu fim encontra sentido no juízo final, onde o verbo absolve o ser ou o condena – a menos que ele atinja a realização subjetiva do ser-para-a-morte. (LACAN, [1953] 1998, p. 280)

Segundo Lacan no *Seminário 11* ([1964] 1998) toda criança nasce e se desenvolve em uma rede simbólica que recebe de seus pais, transmitida por meio de palavras, as quais constituem uma língua que permitirá que ele fale, assim como um dia foi falado, porém, não sem um não saber sobre o que e de que lugar ele fala. Assim, nessa experiência de aquisição da linguagem, ela vai se constituindo simultaneamente na sua própria cultura. O que está em jogo nesse momento é tão somente a sua capacidade de relacionar-se com os que a cercam no propósito também de poder descobrir e nomear as coisas, ato esse que fica autorizado a partir da sua própria nomeação. Essa tarefa desperta na criança a consciência do meio social onde está mergulhada e que, a despeito de qualquer recusa, moldará seu espírito por meio da linguagem.

Antes de qualquer experiência, antes de qualquer dedução individual, antes mesmo que se inscrevam as experiências coletivas que só são relacionáveis com as experiências sociais, algo organiza esse campo, nele inscrevendo as linhas de forças iniciais. É a função que Claude Lévi-Strauss nos mostra ser a verdade totêmica, e que reduz sua aparência – a função classificatória primária.

Antes ainda, que se estabeleçam relações que sejam propriamente humanas, certas relações já são determinadas. Elas prendem a tudo que a natureza possa oferecer como suporte, suportes que se dispõe em temas de oposição. A natureza fornece, para dizer o termo, significantes, e esses significantes organizam de modo inaugural as relações humanas, lhes dão as estruturas, e as modelam. (LACAN, [1964] 1998, p. 25,26)

A criança nasce, assim, nesse universo lingüístico dos pais e, dessa forma, por total falta de escolha é convocada a aprender uma língua. Não se trata de qualquer uma, mas a língua falada pelos pais e que será utilizada, tendo como único meio as palavras que a compõem, para interpretar as necessidades da criança. São essas palavras que ela mesma irá usar num depois, para dizer aos pais, ou seus cuidadores, sobre si e os seus desejos, que foram e continuarão a ser moldados pelas palavras. A criança não tem outra saída que não seja falar na

sua língua materna, não por escolha, mas por completa falta de opção. Ela aprende as palavras pronunciadas pela mãe para nomear suas necessidades, palavras essas que nem sempre correspondem à sua demanda específica. Seus apelos serão interpretados e nomeados pela mãe como: fome, frio, dor; e, assim, significados por palavras que serão assimiladas e darão um sentido ao seu desconforto, sentido esse que é determinado pelo Outro (nesse caso a mãe) da linguagem. Assim sendo, se a mãe interpretar todos os seus choros como fome, a comida pode transformar-se em seu único conforto.

Podemos dizer que é pela língua que o homem apreende, transforma e perpetua sua cultura ou ainda, que pode organizar esse complexo conjunto de representações que se estruturam a partir de um código de relações e valores que incluem: as leis, artes, política, tradições, religião e tudo o mais ao seu redor que irá, por sua vez, determiná-lo e identificá-lo como integrante desse ou daquele grupo social, raça ou nação.

O homem fala por meio de palavras organizadas em uma língua e sua fala, mesmo na conversação comum, é sempre dirigida a um outro. No entanto, se o homem fala, ele fala de um lugar, e nossa suposição é de que esse lugar de onde ele fala é o lugar de seu nascimento. Se a ação da fala funda o homem na sua origem e seu lugar de nascimento é o campo da linguagem, então podemos nos perguntar se é possível investigar como a palavra opera nesse momento. Se os pais falam desconhecendo o que verdadeiramente dizem, como é possível que aquele que nasce possa se constituir como sujeito?

Cito Lacan ([1953] 2003) no *Discurso de Roma*:

Partir da ação da fala por ela ser aquilo que funda o homem em sua autenticidade, ou apreendê-la na posição original absoluta do “No começo era o verbo”, do quarto Evangelho – o qual o “No começo era a ação”, de Fausto, não consegue contradizer, uma vez que essa ação do Verbo Ihe é coextensiva e renova dia a dia sua criação –, significa por um caminho e pelo outro, ir diretamente, para além da fenomenologia do *alter ego* na alienação imaginária, ao problema da mediação de um Outro que não é segundo enquanto o Um ainda não está.(p. 141)

## 2) “UM” – NASCIMENTO DO SUJEITO

*“O que os pais, os adultos, não sabem, é que desde o nascimento um homenzinho é um ser de linguagem, e que muitas de suas dificuldades, quando lhes são explicadas, encontram solução no decorrer do seu desenvolvimento.” (DOLTO, 1990, contra capa)*

O percurso que fizemos no capítulo anterior nos autoriza dizer que o sujeito nasce sob o efeito de haver linguagem e assim fala a partir de uma língua, a dos seus pais, que é composta de palavras cujo efeito significante depende da sua própria história e do complexo arcabouço do seu grupo social. Na tentativa de construir um possível percurso para responder a pergunta que encerra a etapa anterior sobre o lugar de onde o sujeito fala, optamos por investigar neste capítulo o suposto lugar de nascimento, do *ser falante* e o que a palavra realiza nesse momento singular do sujeito.

Lacan ([1953] 2003), no *Discurso de Roma*, destaca as questões – fala, sujeito, linguagem – como as coordenadas do seu ensino no texto *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*, uma vez que elas representam o centro das referências para pensar o nascimento e a constituição do sujeito na sua relação intersubjetiva. Ele explica que a linguagem nesse momento não se apresenta como um veículo para consolidação dessa operação, mas como lugar onde ela acontece.

O que não impede, longe disso, que seja em carne e osso, isto é, com toda a nossa complexidade carnal e simpatizante, que habitamos esse lugar, e que precisamente por nele se passar tudo o que nos pode interessar, dos pés a cabeça, que chega tão longe a soberania das correspondências desenvolvidas nas dimensões desse lugar. (LACAN,[1953] 2003, p. 154)

A idéia de comunicação implicada na linguagem para Lacan não pode ser compreendida no sentido de expressão, pois ele afirma que a linguagem significa no ato mesmo de comunicar; ela não é sinal, nem signo e muito menos signo da coisa como realidade externa. Há sim uma relação entre significante e significado, porém, incluída na própria ordem da linguagem que no seu funcionamento condiciona integralmente seus dois termos: significante e significado, que procuramos definir rapidamente.

Lacan ([1953] 2003) refere-se ao termo *significante* como um conjunto de elementos materiais ligados por uma estrutura até certo ponto simples e estão por toda parte e, com os quais, lidamos diariamente. Esses elementos ocupam um lugar e permitem até mesmo situar o ponto de sua origem, esse lugar para o *significante* pode ser entendido, segundo ele, “por toda parte”. Podemos pensar nos objetos que nos circundam e são utilizados em nosso cotidiano e que ocupam um lugar em nosso discurso, um lugar esse que faz representar em nosso cérebro a miragem desse objeto, produção essa, que só é possível pelo fenômeno da linguagem.

Quanto ao significado, Lacan ([1953] 2003) no *Discurso de Roma* afirma: “Ele não é a coisa, lhes disse; então, o que é? Precisamente, o sentido.” (p.155) O significado comunica o sentido da experiência e não a experiência em si mesma. Mas, ele alerta que esse sentido não está em lugar algum, não se trata aqui de “denominação das coisas” (p.156) e afirma que o sentido “só é sensível na unicidade da significação que o discurso desenvolve.” (p.156) Não há dúvidas que todo discurso tem a ver com as coisas, mas a palavra assim como em Saussure (1989), não pode ser considerada o signo da coisa, exatamente porque ela pode chegar a ser a própria coisa. Cito:

Tanto é verdade que a palavra não é o signo da coisa que ela chega a ser a própria coisa. Mas é apenas na medida em que ela abandona o sentido – se excluirmos o do chamamento, aliás bastante inoperante nesse caso, como se percebe pelas probabilidades mínimas, no conjunto, de que, ao enunciar – se a palavra “mulher”, apareça uma forma humana, mas pela grande probabilidade, ao contrário, de que, ao gritarmos ante o aparecimento de uma tal forma, nós a façamos fugir. Se me opuserem tradicionalmente que é a definição que dá a palavra seu sentido, aceito. Não sou eu quem terá dito que cada palavra supõe, em seu uso, o discurso inteiro do dicionário... – e mesmo de todos os termos de uma dada língua. (LACAN, [1953] 2003, p. 156)

O campo da linguagem, lugar de nascimento do sujeito, se orienta, como vimos, pelo traçado de alguns pólos e o que de fato nos interessa aqui é justamente trabalhar com a articulação que Lacan ([1953] 2003) propõe no *Discurso de Roma*, ou seja, no encaminhar “do pólo *da palavra* para o *da fala*.” (p.158) Nessa direção, o que fica posto, segundo ele, é a possibilidade de, partindo do mais vazio de *significante* que existe em uma palavra, obter o seu

efeito sobre o real, efeito de senha no não sentido, senha essa que produz significado introduzindo no real a possibilidade de, pela ação da fala, fundar o sujeito.

Para investigar esse efeito de senha produzido pela palavra no nascimento do sujeito sentimos necessidade de pesquisar além da teoria, alguns trabalhos clínicos. Nosso intuito é ilustrar e dar sustentação aos argumentos teóricos sobre esse momento tão especial e que carrega um impossível de ser definido e ao mesmo tempo um necessário de ser considerado, para podermos falar do nascimento do sujeito e sua constituição subjetiva.

Nessa busca nos valem do trabalho de Françoise Dolto mencionado no livro *Auto-Retrato de uma Psicanalista*, um texto estabelecido por Alain e Colette Manier (1990), que relata a experiência pioneira da psicanalista, em um trabalho com crianças e bebês na França. Trata-se, nesse momento de sua atuação como psicanalista, da construção de um novo funcionamento da clínica com crianças centrada na escuta do inconsciente e livre das implicações de um discurso psiquiátrico que nos anos 30 dominava o tratamento da saúde mental infantil. Seu trabalho, inusitado, tornou-se referência, não só na clínica como também nos hospitais que atendiam e tratavam crianças com distúrbios de comportamento. Para a psicanalista, quando a criança está inserida na linguagem, desde o instante de seu nascimento e até mesmo antes disso, tudo vai bem; no entanto, onde a linguagem é falseada, ou seja, quando a mãe não dá conta de decodificar o comportamento ou a fala da criança, ali temos o princípio de um problema, o início dos sintomas.

Sua pesquisa se estendeu para a maternidade de Béclère – França, onde desenvolveu um trabalho de escuta psicanalítica com bebês. Sua proposta era, além de atender a demanda de pais e bebês, oferecer aos psicanalistas interessados em observar e aprender a sua técnica, uma formação adequada que incluía observação, estudo e supervisão.

A autora defendia uma tese que dava sustentação ao seu trabalho. Sua aposta era a existência de uma espécie de prematura linguagem no recém-nascido. Comprovada essa tese caracterizava-se a demanda de um trabalho junto aos recém-nascidos e seus pais, que viabilizasse seu acesso à linguagem subjetivada:

E, no mínimo, se acontecer que um adulto não possa compreender o lactente, que reconheça sua existência e diga à criança, a esse ser humano: 'Não compreendo o que você quer me dizer, mas sei que quer me dizer alguma coisa, e gosto de você.' Esta incompreensão pontual, assim reconhecida, não é perigosa porque restabelece a relação com a linguagem. E isso que é importante, fundamental, mesmo. (DOLTO, 1990 p. 137, 138)

Segundo Dolto (1990) a práxis da psicanálise com bebês deve centrar-se na escuta dos apelos feitos pelo bebê para que, a partir de uma interpretação, o analista possa enunciar a verdade sobre os fatos reais que o determinam nesse momento. Na sua teoria o bebê precisa conhecer a história que envolve seu nascimento e ela esclarece dizendo que essas palavras podem ser dirigidas à criança ou aos seus pais. Outro procedimento comum é depois da entrevista e uma conversa com a psicanalista, que os pais se disponham a conversar com o filho. O que importa, conforme nos ensina a analista, é que a palavra uma vez posta em circulação, proporcione a oportunidade ao bebê e aos pais de saírem do impasse do sintoma e da repetição. Os impasses quase sempre estão ligados aos acasos da história familiar ou, quem sabe, às percepções que o feto vivenciou através do corpo da mãe.

Optamos pela descrição de um caso clínico não só para referenciar a argumentação teórica de Dolto e ilustrar a sua técnica, mas também por considerarmos importante no desenvolvimento da nossa argumentação. Para tanto, tomamos como referência o trabalho de uma de suas discípulas: Myriam Szejer, médica, psiquiatra e psicanalista. Ela relata no livro *Palavras para Nascer* (1999) sua experiência de escuta psicanalítica com recém-nascidos e suas mães na maternidade de Béclère – França. Esse trabalho reúne inúmeros casos de atendimentos prestados a mães, pais e seus bebês e também aos “nascidos em segredo”, denominação dada pela instituição aos que eram destinados à adoção.

Em sua descrição dos casos ela destaca como o ponto central em sua experiência, o estatuto da palavra para aquele ser que nasce, ou seja, para um corpo que nesse momento é puro real. Um corpo que se destaca de outro corpo e que, por esse fato mesmo, solicita em caráter de urgência, manifestada pelo seu choro, pela sua recusa em se alimentar ou pelas contrações abdominais, que algo ali aconteça. Ele grita, segundo a psicanalista, por uma palavra verdadeira que fale sobre ele, que o acolha e conte sobre sua origem e seu destino, que organize

a sua história, dentro da sua família e da sua cultura. A criança nasce, está lá, mas segundo a autora, precisa ser nomeada e reconhecida como palavra encarnada – o verbo, palavra que, uma vez conjugada, cria e dá a vida dentro de uma estrutura simbólica – a família.

A psicanalista conta que para realizar esse trabalho com os bebês foi preciso construir um protocolo e regras próprias. A princípio sua proposta, até então inédita, provocou um estranhamento não só na equipe de profissionais, médicos e enfermeiras, como também nas parturientes e suas famílias. Sua coragem em se arriscar nessa empreitada ganhou força, quando passou a freqüentar e presenciar as sessões de atendimento a lactentes de Françoise Dolto no hospital Antonie-Béclère de Clamart. Um lugar nesse grupo era, segundo ela, muito disputado, tendo em vista o prestígio e a eficácia do trabalho de Dolto. Porém, Szejer (1999) revela que foi capturada de tal forma pelo trabalho com bebês que decidiu desenvolver um projeto e, posteriormente, ela também foi trabalhar no Antonie-Béclère.

Segundo a psicanalista, não podemos dizer que exista ou que se tenha criado uma psicanálise específica para bebês, mas o que de fato se configurou foi um procedimento específico. Esse manejo se constituiu, não sem considerar e se submeter à teoria psicanalítica, mais especificamente a teoria lacaniana. Dessa forma, inclui como em qualquer clínica psicanalítica, a estratégia dos três tempos propostos por Lacan<sup>5</sup>: instante do olhar, tempo para compreender e momento de concluir. Ela ressalta que o princípio ético e primeiro é o pivô da ação de um psicanalista e deve necessariamente ser observado: “(...) todo ser humano é um ser de desejo. Na ausência desse postulado, não se é psicanalista.” (SZEJER, 1999, p.27)

Uma pergunta não deixava de ecoar para Szejer (1999): “Por que, sem esperar uma “palavra” do recém-nascido, somos levados pela prática psicanalítica a afirmar que a criança tem um pensamento? ”(p.28) Sua observação diária e atenta na experiência com o trabalho de Dolto oferece como resposta um fato aparentemente simples e corriqueiro: todos os dias na maternidade ela presenciava as mães conversando com seus bebês e todas apostavam que eles as compreendiam e, afirma a autora, elas estavam certas. Foi o sucesso da sua

---

<sup>5</sup> J. Lacan, “O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada”, 1998 (p. 197-203)

aposta na intervenção pela palavra, oferecida aos recém-nascidos e seus pais, que fez com que a direção do hospital a efetivasse na função de psicanalista de bebês na maternidade.

A sua metodologia com os bebês, suas mães e, também com as crianças “nascidas em segredo”, consistia em encontrar palavras para falar os sintomas, pois esses, segundo sua experiência, diziam das verdades inconscientes que envolviam esses nascimentos. Esse procedimento produzia efeito nos bebês e, além de bastante eficiente era muito rápido, fato esse que causava espanto na equipe de profissionais da maternidade, nos pais e, confessa que, nela mesma. Szejer garante que mais do que o olhar e a voz é preciso colocar palavras nas manifestações sintomáticas dos bebês. Porém, segundo a psicanalista, não basta falar simplesmente, dizer qualquer coisa; não se trata de algo mentiroso, uma alegoria qualquer, uma falação. É preciso uma fala verdadeira, uma palavra justa, mesmo que essa palavra diga ao bebê que não é possível compreender o que ele está solicitando.

Szejer (1999) relata, dentre muitos casos, o de uma menina recém nascida cuja irmã gêmea, com autorização dos pais, teve sua morte provocada pelos médicos dois dias antes do parto. A decisão, que originou o procedimento médico, foi tomada pelos pais em decorrência de um diagnóstico clínico, cuja análise assegurava que uma das meninas era portadora de uma malformação considerada grave e, em função desse fato, não teria condições de sobreviver ao parto. Essa resolução dos pais, de tirar a vida do bebê antes do parto, foi uma das possibilidades oferecidas pela equipe médica. Os pais decidiram pela morte antecipada, no entanto, essa decisão, segundo descreve a autora, tão difícil e sofrida, gerou um incomodo muito grande na mãe. Por não suportar a idéia de ver uma das filhas, nascer morta e, para evitar os efeitos de tamanho constrangimento a mãe opta por tomar anestesia geral e, assim, em estado de inconsciência, não assistiria aos nascimentos.

A psicanalista conta que esse parto provocou um grande mal estar na equipe. Não só um desconforto pela menina morta, mas, ao mesmo tempo, pela escolha da mãe de se ausentar nesse momento. A despeito de todo esse drama, a outra menina nasceu com boa saúde e seu único problema, aparentemente, eram seus pés unidos por uma membrana. Assim sendo, era preciso cuidar dela e habilitá-la para a realização de um procedimento cirúrgico que iria separá-los.

Apesar de ter resistido bravamente à cesariana, e de apresentar sinais vitais em bons níveis, a menina dava sinais evidentes de apatia. Ela parecia estar em choque, recusava alimentar-se, passou a perder peso e a se abater. Preocupados com esse quadro, e com medo de que algo acontecesse ao bebê, os pais foram advertidos pela equipe médica da fragilidade e dos riscos que a filha corria e, seguindo a orientação dos médicos, eles solicitaram o atendimento da psicanalista do hospital.

Na sua primeira conversa com os pais da menina, Szejer foi informada pela equipe médica que eles ainda não haviam escolhido os nomes das duas meninas e que estavam muito perturbados com tudo isso, e mais ainda, com a possibilidade de perder a outra filha. Ao tomar conhecimento da situação, a psicanalista insistiu que, como primeiro ato, os pais deveriam escolher os nomes das duas meninas o mais breve possível e em seguida eles deveriam informá-la. Assim que as meninas foram nomeadas a psicanalista foi chamada e, só então, a partir de um nome próprio, ela pode estabelecer uma conversa com a recém nascida.

Segue a transcrição dessa conversa:

Sua irmã Sophie, que estava ao seu lado no ventre da sua mãe e cujos movimentos você sentia, morreu. Foi por isso que antes de você nascer você sentiu que ela não mexia mais. É também por isso que você não a vê mais agora, e que você não a verá nunca mais. É claro que você pode guardar a lembrança viva dela no seu íntimo, mas ela nunca mais estará ao seu lado. (...) Léa, tenho a impressão de que você tinha vontade de nascer mas que você ainda não decidiu totalmente viver, por isso você hesita em comer. Para viver, é preciso comer. Você tem uma malformação no pé, mas isso de forma alguma tem a mesma gravidade que a malformação de sua irmã. Você não vai morrer disso; simplesmente será operada mais tarde, e então terá um pé normal. (SZEJER [1997] 1999, p. 49,50)

A psicanalista revela que os pais ficaram chocados com a escuta dessa fala, não conseguiram compreender, muito menos dimensionar a necessidade desse relato a um bebê tão pequeno e a reação deles não foi das melhores. Mas a despeito do desconforto dos pais, após ser nomeada e ter escutado palavras verdadeiras sobre sua história, pronunciadas por alguém que apostava na sua vida e, na eficácia das palavras proferidas, Léa decidiu “salvar sua pele” (grifo da

autora) e segundo Szejer a menina começou a mamar, ganhou peso e pode realizar a cirurgia nos pés. Duas semanas depois, Léa estava com alta da maternidade e foi para casa com os pais.

A autora descreve sua própria surpresa diante da reação de Léa, bem como dos outros bebês que atendeu no seu trabalho na maternidade. Falar com os bebês? Esse procedimento, segundo ela, continuou causando espanto nos pais e na equipe médica, porém, a psicanalista concluiu a partir da sua experiência que, em alguns casos esse era sem dúvida um procedimento essencial para consumir o nascimento do sujeito no corpo já nascido.

Szejer (1999), baseada em seu trabalho em Bécélère, afirma que por um período de três a quatro dias depois do nascimento paira quase sempre uma incerteza sobre esse ser vivo, esse real de um corpo. Nessa condição, uma posição se faz urgente diante desse que nasce pois, segundo a psicanalista, resta ainda para o bebê decidir seu nascimento para a vida simbólica. O recém nascido grita, esperneia, vomita, recusa a comida, tem diarreia e tantas outras manifestações de sofrimento neste momento de insondável decisão, entre permanecer um corpo nascido de uma mulher ou nascer como sujeito. Assim sendo, é preciso que ele encontre uma palavra que lhe assegure um lugar na vida de sua família. Cito:

Essa ferida só pode ser reparada, ou melhor, superada com palavras verdadeiras, ditas por alguém que a criança sabe estar de acordo com sua mãe e com seu pai, e que lhe fala da provação que elas viveram, ela e sua mãe. (...) A palavra pode, por ela mesma, de maneira simbólica, restabelecer a coesão interna da criança (...). As crianças, bebês, lactentes, compreendem as palavras – é incrível, não sabemos como – quando elas são ditas para lhes transmitir uma verdade que concerne a elas; palavras que relatam o que se sabe dos fatos, sem julgamento de valor. (DOLTO, 1992, p.213)

Não se trata de simples falação dos que rodeiam o recém-nascido, mas de palavras que possam significá-lo no campo discursivo de seus pais. Uma palavra que não seja vazia e que proporcione a possibilidade de uma ancoragem simbólica fora do limbo entre a condição de puro ser vivo e sujeito. Lacan ([1953]1998), em seu texto *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise* diz que toda fala pede uma resposta e que o efeito de uma fala, que ele chama de fala plena, é "(...) reordenar as contingências passadas dando-lhes

o sentido das necessidades por vir, tais como as constitui a escassa liberdade pela qual o sujeito as faz presentes.” (p.257) Esse *ser* que nesse momento é um corpo, receberá uma palavra e uma imagem e, imerso na fala de seus pais ou cuidadores, sua história será contada e ele iniciará sua escalada subjetiva.

Para Lacan ([1953] 2003), no *Discurso de Roma*, o sujeito nasce incluído em um discurso que desde sempre determina seu papel no drama familiar. Se pensarmos na dialética como uma reta, a mais curta linha para traçar o caminho que nos leva à função da palavra na linguagem, é a da fala, que possibilita ao sujeito ascender à condição de falante. Os pólos que orientam o campo da linguagem, segundo Lacan, são dois: o da *palavra* e o da *fala*. O encaminhar do primeiro para o segundo se faz como segue:

(...) pela confluência do material mais vazio de sentido no significativo com o efeito mais real do simbólico, lugar ocupado pela senha, sob a dupla face do não sentido [*non-sens*] a que o costume reduz e da trégua que ela traz à inimizade radical do homem por seu semelhante. Ponto zero, sem dúvida, da ordem das coisas, já que nele ainda não aparece coisa alguma, mas o qual já contém tudo o que o homem pode esperar de sua virtude, pois àquele que detém a senha evita a morte. (LACAN, [1953] 2003, p.158)

O pólo da palavra no seu funcionamento ligado ao material da linguagem se encadeia à ação da fala na condição de fundadora do sujeito. É na confiança da palavra dada perante a transcendência e perante os homens, que aquela que pode parecer pouco fazer, é capaz de exercer a mediação pelo outro.

A eficácia do rito xamã descrito por Lèvi-Strauss ([1973] 1976) que mencionamos no capítulo anterior, pode ser compreendida a partir dessa mediação pelo outro no uso das palavras num ato de fala, a senha que evita a morte. Uma técnica que apesar de conservar seus segredos ao mesmo tempo se revela e se confirma na sua ação fundamentalmente simbólica, cuja ordem se estabelece pelo campo da linguagem.

Segundo Austin (1990), em seu livro *Quando dizer é fazer – palavras e ação*, a fala não está em nenhum sujeito a não ser no juramento e na promessa, nos votos de amor e felicidade que o funda. O proferimento de certas palavras é a principal ocorrência na realização de um ato porém, ele enfatiza que não basta e, para tanto é necessário que as circunstâncias também sejam apropriadas.

Trata-se do seguinte: geralmente o proferimento de certas palavras é uma das ocorrências, senão a principal ocorrência, na realização de um ato (seja de apostar ou qualquer outro), cuja realização é também o alvo do proferimento, mas este está longe de ser, ainda que excepcionalmente o seja, a *única* coisa necessária para a realização de um ato. (...) é sempre necessário que as *circunstâncias* em que as palavras forem proferidas sejam, de algum modo, *apropriadas*; frequentemente é necessário que o próprio falante, ou outras pessoas, também realize determinadas ações de certo tipo, quer sejam ações “físicas” ou “mentais”, ou mesmo o proferimento de algumas palavras adicionais. (AUSTIN, 1990, p. 26, grifo do autor)

Existe uma tendência de imaginarmos que a seriedade das palavras advém de seu proferimento e segundo Austin (1990) não é disso que se trata. Muitos dos propósitos exteriorizados são a mais pura descrição, verdadeira ou falsa, da ocorrência de um ato interior. O autor cita Hipólito (1612), na tragédia grega – “minha língua jurou, mas meu coração não o faz”. (p.27) O dizer pode ser desorientador, provavelmente fraudulento e até mesmo incorreto, mas para Austin, assim como para Lacan, não é uma mentira nem um engano é, certamente a mensagem não formulada que constitui o inconsciente do sujeito sendo enunciada.

Mentira ou engano, não se sabe. O fato é que o sujeito é concebido no desejo inconsciente dos pais e nem sempre é gerado em circunstâncias adequadas e, dessa forma, ao nascer irá se deparar com inúmeras questões que envolvem esse momento primeiro.

Encontramos no texto de Pommier (2004) do seu livro *Qu'est-ce que le "Réel"?* (O que é o real?), mais precisamente no capítulo I – *Naissance du réel* (O nascimento do Real) , uma valiosa contribuição para investigarmos o estatuto da palavra no momento insondável do nascimento do sujeito. Na sua articulação ele inclui a palavra como uma das três ordens de percepção necessárias para que esse corpo humano que foi primeiro falado, antes mesmo de falar sua própria língua, possa ascender à condição de sujeito da linguagem. Esse sujeito faz seus primeiros passos na terra, porém, ele afirma que não foi dos macacos que ele descendeu, mas sim dos sonhos de seus pais, onde habitou por primeiro:

(...) um desejo que não era nem inteiramente aquele de seu pai, nem aquele de sua mãe, mas um voto obscuro que ultrapassou a eles também (entende-se que: o psicanalista e o filósofo se dão

adeus nessa encruzilhada do desejo).<sup>6</sup> (POMMIER, 2004, p.11 – tradução minha)

Nesse sonho, não se sabe de qual inspiração, esse sujeito se deslocava em uma dimensão ideal, fora do mundo. Ou seja, não estamos falando aqui de um sonho no sentido de planejar como e quando ter um filho, mas de um sonho cujo teor nem mesmo seus pais conseguem dizer. Não estamos aqui falando dos filhos que nascem planejados, mas de todo e qualquer sujeito que nasce do encontro de um homem e uma mulher, a qualquer tempo e pelos mais diversos e insondáveis motivos. Assim, uma vez gestado no ventre de sua mãe, ele tem um percurso definido, sua vida está fora do corpo dela, é preciso nascer. Sua permanência no corpo da mãe além do previsto, lugar esse de total dependência; que num primeiro momento é fundamental para o seu desenvolvimento e sobrevivência, pode determinar sua morte. Para Pommier (2004) é preciso nascer como humano e, em seguida ouvimos seu primeiro “vagido” e, então, ele é nomeado.

No entanto, o que esse grito presentifica, para o autor, é muito menos uma necessidade oriunda de uma impotência fisiológica, mas uma dependência que neste momento se trata de uma recusa ao desamparo. Os gritos representam a violência da sua recusa paradoxalmente a uma ajuda e também ao próprio desamparo. A potência do seu choro revela a sua total impotência diante dessa nova dimensão de vida. Um choro forte, que angustia a mãe zelosa e todos os que se habilitam na tarefa de acalmá-lo. Esse choro, segundo o autor, marca a divisão desse sujeito que, “só cai na terra” quando começa a dizer “não”. Assim, faz-se necessário que o recém nascido possa negar os determinismos; não se trata do ato de nascer, mas os que fazem parte do sonho dos seus criadores, determinismos esses que habitavam o sonho onde ele primeiro habitou. Dessa forma, para aquele que nasce, o choro testemunha muito mais a recusa do desamparo presente nesse momento do que uma demanda fisiológica. Esse desamparo que, paradoxalmente, assim como sua existência no ventre da mãe, se apresentará como necessário e constitutivo da sua condição de sujeito.

---

<sup>6</sup> “d’un désir qui ne fut ni tout à fait celui de son père, ni celui de sa mère, mais un voeu obscur qui les dépassait eux aussi (on l’a compris: le psychanalyste et le philosophe se disent adieu à ce carrefour du désir).

Mencionamos anteriormente que Pommier (2004) enumera três ordens de percepção necessárias para que se estabeleça uma condição para o nascimento do sujeito são: a interna, a externa e a das palavras, que ele reconhece como difícil de distinguir.

O corpo humano jamais viveu fora de sua humanidade de palavra. O pretense homem neurônico não sobrevive fora do laço social. Permanecemos para sempre separados de nossa insondável natureza de bestas: cada sujeito terá primeiro sido falado pelo Outro antes de se por a falar sua língua, que o distingue desse saco de pele do organismo, ereto graças às palavras.<sup>7</sup> (POMMIER, 2004, p. 18)

O estatuto da palavra, para o autor, é dado como uma ordem perceptiva fundamental para que sejam estabelecidas as condições necessárias para o nascimento do sujeito, porém, não como um funcionamento isolado, mas em articulação com outras duas ordens a interna e a externa.

Compreender essa articulação entre as três ordens mencionadas pelo autor, não se apresentou como uma tarefa fácil e para tanto decidimos lançar mão de alguns conceitos da teoria freudiana sobre o estatuto do desejo nos sonhos e na formação do inconsciente. Optar por esse caminho significa reconhecer que falar dessa ordem interna, desse sonho dos pais, significa falar do desejo, esse desejo que Pommier (2004) sinaliza como sendo o ponto de encruzilhada onde o psicanalista e o filósofo dizem adeus. É importante esclarecer ainda, que não se trata aqui de um desejo de ter um filho, ou ainda do desejo de ser mãe e de ser pai, mas do desejo de um homem e de uma mulher, na sua própria condição de sujeito, que oferecem um campo simbólico como ancoragem àquele que nasce.

Vale destacar que esta ancoragem subjetiva não se refere aos lugares de mãe e pai como formadores e educadores, mas como homem e mulher pertencentes a uma cadeia de gerações e confrontados com suas próprias faltas, que inscrevem em seus filhos traços, assim como eles, mesmo sem saber a extensão, foram um dia marcados. Nessa condição, a cena familiar pode ser lugar de possibilidade ou impossibilidade para esse que acaba de nascer situar-se

---

<sup>7</sup> Le corps humain n'a jamais vécu en dehors de son humanité de parole. L'homme prétendu neuronique ne survit pas en dehors du lien social. Nous restons pour toujours séparés de notre insondable nature de bêtes: chaque sujet aura d'abord été parlé par l'Autre, avant de se mettre à parler sa langue, qui le distingue de ce sac de peau de l'organisme, debout grâce aux mots.

subjetivamente e, dessa forma, essa cena se apresenta como determinante para que a palavra possa agir com toda a sua eficácia, e a criança possa garantir uma posição de sujeito no mundo, ser nomeada e se constituir a partir dessa relação com o campo do Outro.

Retomemos a questão da ordem perceptiva interna e externa, de que nos fala Pommier (2004), para que possamos pensar sobre de que sonho e de que desejo se trata quando falamos da relação dos pais com o nascimento de seus filhos. O autor sugere como fundamental, compreender a concepção freudiana do recalçamento primordial em dois tempos para que seja possível apreender a importância da relação do desejo materno com o nascimento do seu bebê

Em seu livro sobre a *Interpretação dos Sonhos (II)* ([1900] 1996), Freud sugere que o primeiro desejar “parece ter consistido numa catexização alucinatória da lembrança da satisfação” (p. 625). Contudo, ele assegura que essas alucinações, sem encontrarem meios ou mecanismos para se manterem até o esgotamento das necessidades, ou seja, por fracassarem na tentativa de produzir a tão esperada satisfação plena, demandam uma segunda atividade. Para essa, Freud delega a função de reguladora das catexias, ou seja, cabe a essa segunda atividade conseguir inibir a elevação dos níveis de excitação, permitindo assim que elas sejam descarregadas somente em alguns momentos ou condições não comprometedoras. A essa evitação ou controle das catexias a ser liberada, talvez nos sonhos, nos atos falhos ou nos chistes, Freud nomeia de “recalçamento psíquico”.

O recalçamento psíquico, portanto, implica em dois tempos ou dois processos, denominados por Freud ([1900]1996)<sup>8</sup> processo primário e secundário. No primário encontramos um esforço por promover uma liberação ou descarga da excitação acumulada para que seja possível uma percepção ou vivência da satisfação. O secundário, por sua vez, abandona esse esforço de satisfação para estabelecer um “pensar” sobre esse desejo de satisfação e assim, vai buscar vias indiretas de satisfação, seja por intermédio de experiências motoras ou ainda de representações. Essas representações podem ser compreendidas como formações de pensamentos que estabeleçam a possibilidade de uma satisfação

---

<sup>8</sup> Freud retoma essa distinção no artigo sobre *O Inconsciente* (1915) e em *Além do Princípio do Prazer* (1920)

outra, um desvio, uma vez que a originária está inibida. No entanto, essas representações têm sempre como origem uma primeira lembrança de prazer que será constantemente procurada e mantida como a única capaz de oferecer uma satisfação plena.

A relação do desejo materno com o corpo bebê conduz a mãe a uma fantasia de plenitude e, segundo Pommier (2004), esse corpo é colocado no lugar da falta que ela deseja preencher. Um corpo para atender as necessidades da mãe, que anseia por fazer “Um”. Não se trata aqui de uma demonstração de união amorosa e afetiva entre mãe e filho, mas o unário da origem que o autor vai nos dizer, é o falo, ou melhor, da falta do falo na mãe. Uma falta que foi recalcada. Cito:

Para ser conforme a esse desejo, nosso corpo teria devido corresponder ao *penisneid*, quer dizer, equivaler-se a um falo inexistente. E o desejo permanece assim constantemente esburacado de um nada ao qual ele tende e que o tende. Independentemente de tudo o que se obtém, esse desejo persevera.<sup>9</sup> (POMMIER, 2004, p.12 – tradução minha, grifo do autor)

Na impossibilidade de se atingir essa plenitude, de nada adianta o bebê permanecer colado ao desejo da mãe, pois o que lhe resta, se aí permanecer é a morte. Não mais a morte de um corpo humano, nesse momento o que está em jogo é ascender a sua condição de sujeito e para tanto é preciso investir todo o exterior. É preciso negar esse lugar de plena dependência e completude, esse lugar de falo da mãe. Pommier (2004) nos remete ao texto da *Die Verneinung* – denegação – de Freud onde ele aponta uma palavra, qualificando-a como luminosa – *Austossung* – para fora, expulsão, ou poderíamos dizer, recusa desse lugar mortífero.

Mas é esse fora, ou a percepção do exterior que, por sua vez, estabelece a divisão e marca uma fronteira entre o interior e o exterior. Momento esse que Freud ([1901]1996) denomina de recalçamento originário, em que as sensações não fazem senão um movimento bumerangue de interno para externo e que retorna para o interno e, assim, continuamente, num desejo constante de

---

<sup>9</sup> Pour être conforme à ce désir, notre corps aurait dû correspondre au *penisneid*, c'es-à-dire s'équivaloir à um phallus inexistant. Et le désir reste ainsi constantamnt troué d'un néant auquel Il tend et qui Le tend. Indépendamment de tout ce qui s'obtient, ce désir persévère.

busca de satisfação. Esse movimento, imperativo para a sobrevivência, e que certamente é desencadeador do primeiro “vagido” do recém nascido e do choro que se fará presente a cada necessidade, marca certamente o esforço que ele irá demandar para garantir sua sobrevivência.

Porém, essa recusa necessária e fundamental para o nascimento do sujeito, ou seja, a recusa em ser ou estar no lugar em que o amor materno o gerou, não garante em nada sua condição de sujeito; assim sendo, é preciso ainda, que ele possa ter percepção também das palavras. De que palavra se trata? A palavra que o gerou, aquela que o falou primeiro no Outro antes mesmo que ele pudesse imaginar qual seria sua língua. Cito: “O corpo humano jamais viveu fora de sua humanidade de palavra” <sup>10</sup> (POMMIER, 2004, p.18, tradução minha)

Sem dúvida, podemos dizer que nesse “entre” – o fora e o dentro – o que oferece ao recém nascido a possibilidade de apaziguar o seu choro, o seu grito, é muito mais que um seio transbordante de leite, ou ainda, condições de maternagem irrepreensíveis, mas, fundamentalmente, uma palavra que o constitua e que lhe assegure um lugar e ainda o represente na sua condição de ser para o Outro materno. Segue o que diz Pommier (2004):

A essas duas ordens de percepções, interna e externa, - fáceis de distinguir – se acrescenta uma terceira: aquela das palavras que, elas também, podem ser a ocasião de uma percepção do mesmo modo que não importa qual a coisa. Esquece-se frequentemente sua materialidade ao falar, porque seu valor sonoro é comumente mascarado pelo que elas procuram dizer. Essa <significação> resulta da reunião de várias palavras, unidas pela cópula de um verbo (ele mesmo redutível ao verbo ser). (...) Por sua porção material, as palavras são fabricadas com o exterior: é um exterior mágico, o único que o sujeito pode domesticar para se fazer dele uma armadura contra o resto do exterior.<sup>11</sup> (p.20 – tradução minha)

O corpo que nasce fica, dessa forma, à mercê da linguagem, da ordem simbólica, e se oferece para ser inscrito com significantes e, nessa condição,

---

<sup>10</sup> Le corps humain n'a jamais vécu en dehors de son humanité de parole.

<sup>11</sup> À ces deux ordres de perceptions, interne et externe – faciles à distinguer – s'en ajoute un troisième: celui des mots qui, eux aussi, peuvent être l'occasion d'une perception au même titre que n'importe quelle chose. On oublie souvent leur matérialité en parlant, parce que leur valeur sonore est d'ordinaire masquée par ce qu'ils cherchent à dire. Cette <signification> résulte de l'assemblage de plusieurs mots, unis par la copule d'un verbe (lui-même réductible au verbe être) (...) Par leur bout matériel, les mots sont fabriqués avec dehors: c'est un dehors magique, le seul que le sujet puisse domestiquer pour s'en faire un bouclier contre le reste du dehors.

permanece desde sempre estranho, Outro. Esse corpo subscrito e subjugado fica condicionado na sua capacidade, ou na sua falta de estabelecer relações com o exterior, a uma total dependência das palavras que o investiram.

É possível dizer que a “letra mata” a condição animal desse *ser vivente* e que a palavra que advém do imaginário de seus pais o faz nascer para o simbólico, ou seja, para a linguagem que o constitui em *ser falante*. Existe uma lei para esse que nasce e essa lei não é outra senão a de que é proibido não ser falante. Segundo Lacan ([1957]1966) em *A instância da letra no inconsciente ou razão desde Freud*, quando esse corpo real nasce, está fora, é só pela linguagem pelo fato de ter sido falado desde sempre, que ele pode significar para o Outro materno e é nesse lugar, dessa condição mesma que ele irá falar.

O simbólico incide no real e estabelece a realidade que, por sua vez, funda diferentes grupos culturais, religiosos e familiares; grupos esses que utilizam suas próprias palavras para falar, cada qual a partir de sua própria língua. Nasce o ser falante na sua humanidade, na sua subjetividade e na singularidade que faz dele um ser único e indizível.

A letra da mensagem é importante aqui. Para apreendê-la, é preciso nos determos por um instante no caráter fundamentalmente ambíguo da fala, na medida em que a função é de velar quanto de desvelar. Mas, mesmo nos restringindo ao que ela dá a conhecer, a natureza da linguagem não permite separá-la das ressonâncias que para sempre recomendam lê-la com diversos alcances. É essa partição inerente à ambigüidade da linguagem a única a explicar a multiplicidade dos acessos possíveis ao segredo da fala. Persiste o fato de que há apenas um texto em que se pode ler, ao mesmo tempo, tanto o que ela diz quanto o que ela não diz, e de que é a esse texto que se ligam os sintomas, tão intimamente quanto um rebus se liga à frase que o representa. (LACAN, [1953]2003, *Discurso de Roma*, p. 146)

### 3) O SUJEITO É FALADO

*“Quando a mãe diz ao bebê: “Você está com frio”, não é apenas à temperatura que ela faz referência. Ela faz referência, a partir da hipótese que lança para o filho, de que há presença destes significantes em seu grande Outro, de que o filho é capaz de dar sentido ao que ela diz. Ela faz referências à presença do grande Outro no filho, do qual este “você tem frio” é apenas uma metáfora.” (BERGÉS e BALBO, 2003, p.21)*

A condição de um neonato humano no momento de seu nascimento é de total falta de autonomia por seu inacabamento, sua insuficiência orgânica e sua dependência de um Outro que o colocam em uma condição passiva e parasitária. Precisa de palavras que falem dele, que lhe atribuam um nome e um lugar no seu grupo familiar. O pequeno ser que ainda não fala só pode continuar sendo falado e sem possibilidade de escolha, visto que sua inserção no campo da linguagem está sobredeterminada. Suas necessidades serão atendidas pela mãe que, com seus cuidados e sua condição simbolizante, irá interpretar e dar sentido a elas. Para o bebê, nesse momento, há uma indistinção, parece existir alguém dentro e, ao mesmo tempo fora dele, alguém que fala e que sabe quem ele é e o que ele precisa.

Em seu texto, *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise* Lacan ([1953] 1966) diz que o sujeito quando fala pressupõe desde sempre um outro; no entanto, um outro como um lugar de onde ele pode falar e, deste modo, é do campo do Outro que ele fala. O sujeito, assim constituído no campo da linguagem só pode falar dele e a um outro, do campo discursivo dos seus pais, lugar de sua origem, no qual pela palavra ele foi inscrito, marcado, cunhado. Partindo desse pressuposto, ou seja, de que a fala dos pais antecede o sujeito e que a sua função é de estabelecer relações, temos como consequência o funcionamento de uma estrutura ternária: o eu, o outro e um lugar. Quem fala, fala a alguém, de um lugar e conjetura uma resposta, que segundo Lacan, pode ser até mesmo o silêncio.

Nesse momento de seu ensino, Lacan define o sujeito como uma posição adotada em relação ao Outro, esse Outro enquanto linguagem, ou lei, na sua relação com a ordem simbólica. Podemos nos inquietar com sua expressão – *o eu é um Outro* – tendo em vista que, se afirmamos com Lacan que o

inconsciente do sujeito tem estrutura de linguagem e que ela é o lugar de nascimento do sujeito, é preciso investigar o que significa dizer isso e quais são seus efeitos.

Só pode haver divisão do sujeito, segundo Lacan ([1953] 1966), por haver linguagem; assim sendo, podemos afirmar que a saída da animalidade custa ao sujeito sua entrada na linguagem. Partindo dessa hipótese é possível dizer que não há sujeito fora da linguagem e seu estatuto é o de condição para haver sujeito. Nessa via única de se fazer existir como sujeito, é preciso que o recém nascido possa estabelecer laços e criar vínculos para suportar as vicissitudes que ele certamente enfrentará. O que lhe resta é aquele que fala dele e com ele, esse Outro, a quem compete apresentar-lhe o mundo naquilo que diz respeito a esse que acabou de nascer. A função da fala desse Outro, nesse momento, é de nomear e transmitir as histórias e as particularidades do seu grupo familiar, que só adquirem pleno sentido no campo da linguagem.

Lacan ([1953] 1966) afirma que “toda fala pede uma resposta” (p.248) e que “não há fala sem resposta, mesmo que depare apenas com o silêncio.” (p.249). O recém nascido grita e seu grito pode ser interpretado como uma tentativa de obter uma resposta desse que fala por ele. O apelo que esse grito contém vai além do vazio que ele mesmo provoca, é um “apelo à verdade em seu princípio, através do qual vacilarão os apelos de necessidades mais humildes.” (p.249) Uma resposta qualquer, sem critérios, a esse apelo que a mãe toma como endereçado a ela, pode desdobrar-se em efeitos muito mais frustrantes que o silêncio. Se o que temos no momento é uma demanda não interpretável, é preciso esperar até que ela melhor se configure para uma possível interpretação.

Toda fala mesmo que não comunique nada, que seja pronunciada por meias-palavras, um simples escapar, um lapso, uma negativa, uma interjeição segundo Lacan ([1953] 1966) tem seu valor de senha cifrada e transmite uma mensagem. Por essa eficácia em transmitir é que toda interpretação, “mal falada” ou “mal dita”, pode produzir efeitos imprevisíveis.

Ainda que esse discurso, com efeito, pareça meio vazio, isso só acontece quando se toma por seu valor aparente: aquele justifica a frase de Mallarmé, quando este compara o uso comum da linguagem com a troca de uma moeda cujo verso e o anverso já não mostram senão figuras apagadas, e que é passada de mão em mão “em silêncio”. Essa metáfora basta para nos lembrar que

a fala, mesmo no auge da sua usura, preserva seu valor de tésseira.<sup>12</sup> (LACAN, [1953] 1966, p.253)

O Outro materno frequentemente faz uso de palavras afetuosas para enlaçar o seu bebê – bonitinho, tesouro – isso quando tudo vai bem mesmo que aparentemente; no entanto palavras como – chorão, manhoso, pacote – também encontram lugar quando, apesar da maternagem estar supostamente perfeita, a criança insiste em manifestar seu desconforto, ou ainda, quando o próprio nascimento de um bebê já se configura num desconforto para a mãe. O Outro materno não dimensiona o efeito contido no seu dizer; no entanto, diz, e sua fala assim como o grito do bebê nem sempre é plena de sentido e seu vazio pode ser percebido por aquele que grita e manifesto pelo fato dele não se aquietar.

Para Lacan ([1953] 1966) em *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*, ignorar a importância da função da fala na constituição do inconsciente do sujeito é correr o risco de escutá-la no seu vazio, acreditando que o sentido de tudo aquilo que está em jogo no choro do recém nascido são suas necessidades fisiológicas e afetivas. A fala tomada somente na sua condição de apelo como, por exemplo, o choro do bebê que é, toda vez, interpretado pela mãe como fome e, a cada vez ganha o seio como resposta. Essa escuta pode gerar consequências para esse sujeito, que terá na comida seu objeto de satisfação. É preciso escutar o que o sujeito não diz, ou melhor, para além do vazio do seu dito que não passa de uma sedução tentada sobre o outro por meio do seu choro.

Uma fala plena, diferentemente da fala vazia, tem a função de reordenar as contingências passadas, “dando-lhes o sentido das necessidades por vir, tais como as constitui a escassa liberdade pela qual o sujeito as faz presentes.” (LACAN, [1953] 1966, p.257) Ela promove um oscilar entre as suposições do passado e as promessas do futuro, ela atesta a realidade, é reveladora e carrega sempre uma verdade constituinte do sujeito. Acolher o choro do bebê sem uma tentativa imediata de interpretá-lo, mas escutá-lo para só então oferecer como resposta uma fala plena e organizadora é fazer uma aposta de que nem tudo é fome. O que o recém nascido busca com o seu grito é uma resposta ao seu mal estar, como qualquer sujeito em qualquer tempo. Cito:

---

<sup>12</sup> Tésseira – cubo, peça de osso ou marfim que servia de senha (mensagem) entre os romanos.

O que busco na fala é a resposta do outro. O que me constitui como sujeito é minha pergunta. Para me fazer reconhecer pelo outro, só profiro aquilo que foi com vistas ao que será. Para encontrá-lo, chamo-o por um nome que ele deve assumir ou recusar para me responder.

Eu me identifico na linguagem, mas somente ao me perder nela como objeto. O que se realiza em minha história não é o passado simples daquilo que foi, uma vez que ele já não é, nem tampouco o perfeito composto do que tem sido naquilo que sou, mas o futuro anterior do que terei sido para aquilo em que me estou transformando. (LACAN, [1953] 1966, p. 301)

Esse campo privilegiado da linguagem onde a fala pode fazer funcionar a relação intersubjetiva do *eu e do outro*, é sempre esburacado, pois, não dá conta de interpretar e transmitir toda a verdade. À minha pergunta, o *outro* só pode responder a partir da sua própria pergunta e, assim, a resposta, mesmo que persiga a verdade e transmita uma certeza, é sempre meia. Na permanente circularidade desse processo dialético podemos nos perguntar: que verdade de fato se transmite?

Segundo Vorcaro (2004), não se trata, quando se fala da transmissão de privilegiar o simbólico e sim percebermos que ele se apresenta nodulado ao imaginário que, por sua vez, dá consistência à materialidade real que o causa. Além de imerso no campo da linguagem onde ele é falado desde sempre, aquele que nasce tem seu corpo investido pelo desejo e pela fantasia do Outro materno. O efeito do desejo num sujeito é defeito de realização e, “a emergência do inconsciente é a permanência insistente dessa desordem transgressiva do desejo no corpo adaptável de qualquer indivíduo”. (p.66)

Responder à questão da fixação de uma estrutura capaz de permitir a transmissão de uma herança simbólica que precede ao sujeito não é tarefa simples. Segundo Benveniste (1995) e Lacan ([1964] 1998) no *Seminário 11*, essa estrutura fornece significantes que irão transmitir normas de conduta e relacionamento social e estabelecer a passagem desse enlaçamento inaugural, para a constituição de um sujeito.

Esse Outro, que investe o corpo do bebê com seu desejo e sua fantasia, pode ser compreendido enquanto uma fala que tenta, a cada momento, preencher o vazio que existe entre o dito e o desejo inarticulável e que só pode ser expresso, no bebê pelo choro, e no adulto, por uma negação, pelos sonhos, pelo chiste ou pelo lapso. Ali, exatamente ali, onde as palavras não dão conta de

dizer e algo tropeça, desliza. Não é na consciência com toda certeza mas, em um lugar constituído pelo desejo do Outro materno, mais precisamente, pelo discurso materno, que Freud denominou de inconsciente. O inconsciente não se reduz, entretanto, ao desejo materno.

### **As questões do inconsciente**

Pensar que o nascimento do sujeito e sua constituição subjetiva têm sua gênese no inconsciente, onde ele sempre habitou antes mesmo de ser concebido no desejo dos seus pais, nos conduz a uma investigação no que se refere às questões do inconsciente. Perseguindo primeiramente os passos de Freud, constatamos que em toda a extensão da sua obra pode ser apreendida a definição de inconsciente que segundo ele, não se trata de uma definição cristalizada, mas dinâmica, pois ela se atualiza ao longo de todo o seu trabalho. Cito:

(...), pois temos que estar sempre preparados para abandonar nosso arcabouço conceptual se nos sentirmos em condição de substituí-lo por algo que se aproxime mais de perto da realidade desconhecida. Portanto tentemos corrigir algumas concepções que poderiam levar a mal-entendidos (...) (FREUD, [1900-01]1996, p. 635)

No início do desenvolvimento de sua teoria, Freud ([1900-01]1996) nos apresenta um aparelho psíquico formado por três sistemas: inconsciente, pré-consciente e consciente. A articulação entre eles era possível a partir de uma sequência dinâmica, ou seja, um pensamento inconsciente deveria primeiro transmitir-se ao pré-consciente, para então poder migrar para a consciência. Ou ainda, esse pensamento poderia ser recalcado, ou desalojado e assim permanecer instalado no inconsciente. Porém, Freud destaca que não se trata simplesmente de mudança de localização ou da formação de um novo pensamento em outro lugar, mas sim, de uma mudança de realidade do mesmo pensamento. O inconsciente, nesse momento da obra freudiana, se definiu como “a verdadeira realidade psíquica” (p.637), porém na sua condição mais íntima e desconhecida do mundo externo, e a consciência, por sua vez, não dá conta, sendo insuficiente para representá-lo.

No artigo intitulado *O Inconsciente*, Freud ([1915] 1996) articula a idéia de que o inconsciente não é tão somente constituído pelo que foi recalçado, ou seja, pela evitação constante que uma idéia, representante de um desejo, se torne consciente. O inconsciente é bem mais amplo e o recalçado significa só uma parte dele. Quanto ao conhecimento desse conteúdo ele só pode ser atingido a partir da superação de certas resistências. Todas as nossas lembranças, os anseios, as representações, as decisões, que são abundantes e incontáveis, não permanecem o tempo todo em estado de consciência e assim, fica impossível negar a existência do inconsciente. Um lugar, se é que podemos chamar assim, onde todo esse material fica armazenado, porém não sem produzir efeitos de interferência.

Ainda nesse artigo, Freud esclarece que tudo aquilo que é possível ser notado em si mesmo e que não se consegue estabelecer uma relação com o resto de suas manifestações e pensamentos, deve ser atribuído *a outrem*. No entanto, ele afirma que esta constatação é preocupante apontando um possível impedimento em continuar essa reflexão nesse momento da construção da sua teoria. Alega que ela desvia as investigações de nosso próprio eu, impedindo assim, que possamos obter dele um conhecimento real. Cito:

Esse processo de inferência, quando aplicado ao próprio indivíduo, apesar da oposição interna, não leva, contudo, à revelação de um inconsciente; leva, logicamente, à suposição de uma outra segunda consciência que, no próprio eu do indivíduo, está unida à consciência que se conhece. Mas, a essa altura, certas críticas mostram-se cabíveis. Em primeiro lugar, uma consciência a respeito da qual seu próprio possuidor nada conhece é algo muito diferente de uma consciência pertencente a outra pessoa, e é discutível que tal consciência, carente, como está, de sua característica mais importante, mereça qualquer exame. Aqueles que resistiram à suposição de um elemento psíquico inconsciente provavelmente não estão dispostos a trocá-lo por uma *consciência* inconsciente. (FREUD [1915]1996, 175 – grifo do autor)

Freud discute, também, a possibilidade de pensarmos em várias consciências, até mesmo de um número ilimitado de estados de consciência, alguns desconhecidos por nós e também entre si. Esses estados podem ser revelados, segundo ele, pela investigação analítica que exerce uma função reveladora de processos latentes com características e particularidades que nos

parecem estranhas, mas com atributos conscientes familiares. No entanto, ele conclui que parece importante perceber que não se trata, na verdade, de uma segunda consciência, mas de atos psíquicos que necessitam de consciência.

A teoria freudiana permite pensar que a divisão do psíquico em consciente e inconsciente é a premissa fundamental da psicanálise que possibilita de fato a compreensão dos processos mentais tais como os sonhos, os lapsos, os chistes ou ainda as patologias, não como simples manifestações reveladoras mas, como um dizer. Um estado de consciência pode ser descrito, dessa forma, como um estado transitório; então, uma idéia que era consciente pode deixar de sê-lo para retornar a ser, em um outro momento.

O inconsciente, por sua vez, apresenta dois tipos de conteúdo. Um que Freud ([1923] 1996) denomina latente – aquele que está escondido – e, mesmo dissimulado pode tornar-se consciente e retornar ao estado de inconsciência. Esse conteúdo pode se revelar sem mesmo o sujeito se dar conta disso. O outro conteúdo é o recalcado, que por sua vez, não pode tornar-se consciente, ou seja, o recalcado é inconsciente, porém, como já mencionamos, nem tudo o que é inconsciente é recalcado.

Se a função do inconsciente é de (des) velar, em que nos ajudaria conhecer o que em nós habita e que nos é estranho e ao mesmo tempo tão íntimo? Para Freud (1919), o *estranho* não é nada de novo ou alheio, porém algo que já é íntimo e há muito está estabelecido na mente e somente se alienou desta através do processo de recalque. Articulado sobre o *estranho*, para além da afirmação que *estranho* seria o mesmo que não *familiar* Freud demonstra em seu texto, a partir do significado das palavras *heimlich* – *familiar* e *unheimlich* – *estranho*, que *heimlich* se desenvolve na direção da ambivalência até coincidir com o seu oposto *unheimlich*. Ou seja, o familiar pode se tornar *estranho*, pois, *unheimlich* aparece como uma derivação de *heimlich*, ou seja, o estranho como advindo do familiar. O que é familiar e agradável também pode ser o que está oculto e fora de vista. O *estranho* que também é *familiar* e o *familiar* oculto no *estranho*.

O inconsciente, esse lugar onde o estranho e o familiar coexistem, é na realidade o detentor da verdade e seu teor sempre se manifesta em nosso auxílio. Freud ([1940-38] 1996) em seu texto o *Esboço da Psicanálise*, quando fala da técnica da psicanálise, conclui que o inconsciente, com seus impulsos, pressiona

o ego no sentido de tornar seus conteúdos conscientes e, em sendo assim, cabe ao analista, durante o processo de análise o manejo das resistências e a escuta atenta para identificá-los.

No ensino de Lacan a revelação dos conteúdos inconsciente não fica mais restrita à estrutura desse funcionamento. Em sua argumentação sobre a função da fala no *Discurso de Roma*, Lacan ([1953] 2003) esclarece que não se trata mais de pensarmos que o inconsciente se limita unicamente na sua manifestação a esse mecanismo de passagem para a consciência, mas que ele se presentifica o tempo todo na fala:

Trata-se, com efeito, não de passagem para a consciência, mas de passagem para a fala, a despeito daqueles que se obstinam em permanecer fechados a ela, e é preciso que a fala seja ouvida por alguém ali onde não podia nem sequer ser lida por ninguém – uma mensagem cujo código perdeu-se ou cujo destinatário morreu. (LACAN, [1953] 2003, p.146)

Pensar que o discurso do Outro nos habita, ou ainda, na possibilidade de ter a consciência de um outro que fala dentro de nós, nos aproxima da definição de Lacan, *o inconsciente tem estrutura de linguagem*. Essa frase se repete em seus seminários e escritos e se refere não a estrutura do inconsciente, mas à estrutura da relação existente entre os elementos inconscientes. Lacan ([1953] 1966) no texto *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise* faz uma leitura de Freud considerando a proposta de Saussure e utiliza o conceito de metáfora e metonímia para pensar o inconsciente freudiano cuja dinâmica de funcionamento, efetua um trabalho de condensação e deslocamento. O recalcado, por não poder se contar a partir da consciência, se desloca para assim poder se manifestar num outro momento e de uma outra forma.

Tomando a leitura lacaniana de Freud sobre o recalque, podemos pensar de forma alegórica que quando o recalque ocorre, uma palavra, ou parte dela, *cai em baixo*. O que significa dizer que essa palavra, ou sua parte, torna-se inacessível ao consciente, apesar de ser uma palavra que a pessoa continue utilizando na sua fala cotidiana. Em função de ter sido recalçada, ela passa a desempenhar, por esse fato mesmo, um outro papel e, dessa forma, se apresenta em condições de estabelecer relações com outros elementos recalcados, constituindo assim um complexo de ligações significantes.

A palavra adquire, a partir desse funcionamento de estruturação inconsciente, a possibilidade de produzir efeitos sintomáticos, não pelo seu significado na função da língua, mas pelos seus efeitos significantes no campo discursivo do sujeito, dizendo sempre muito mais do que se ouve no dito. O inconsciente então funciona no intuito de desprezar a equivalência literal das letras que compõem a palavra porém, ao mesmo tempo, não negligencia nenhuma delas e produz assim inversões e construções de outras palavras que aparecem nos sonhos e nas fantasias. Sua finalidade, nesse trabalho, é velar a verdade do desejo para que esse conteúdo não migre para a consciência.

Freud ([1901]1996) apresenta alguns trabalhos sobre o tema do esquecimento ou troca de palavras. Mais especificamente no seu artigo, *O esquecimento de nomes próprios*, ele se questiona sobre o fenômeno da recusa da memória em funcionar. Justifica sua preocupação com esse fato, não só pelo esquecido, mas especialmente pela lembrança de forma errônea. Sua hipótese é justamente a do deslocamento, isto é, o nome que deveria ser lembrado é deslocado, por algum motivo, e substituído por outro. E então, Freud se pergunta sobre o que realmente ele queria esquecer, e conclui que obviamente sua vontade não estava relacionada conscientemente ao nome do pintor – Signorelli, que foi esquecido, mas noutra coisa com certeza. O fato é que, por estar recalcada, a coisa mesma precisava encontrar uma forma de se fazer falar.

O inconsciente pode ser entendido, portanto, como uma cadeia de significantes – palavras, fonemas e letras, que se desdobram e se conjugam de forma muito precisa; no entanto, o *eu*, ou seja, o indivíduo, não tem a menor condição de controlar. Assim, podemos considerar esse lugar, a saber, o inconsciente, como um lugar privilegiado da constituição do sujeito. É *um Outro*, que o constitui, estranho e inassimilável e, ao mesmo tempo, completamente familiar. “O Outro é o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que se vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer.” (LACAN, [1964] 1998, p. 193-194) O risco de se ignorar a importância da função da fala na estruturação do inconsciente do sujeito é a de escutá-la no seu vazio, acreditando que o sentido de tudo aquilo que está em jogo na fala do sujeito está na realidade ou na cronologia dos fatos.

O desvelar do inconsciente pela fala é precisamente a contribuição fundamental que os casos de histeria no trabalho clínico de Freud, trouxeram para

a construção da sua teoria. Ao atender uma histérica ele podia ouvir uma fala que certamente não dizia a verdade, porém também não era mentirosa, isto é, uma realidade de algo que não é verdadeiro, no entanto, não pode ser considerado falso. Essa condição da fala no processo de hipnose, não acarretava inconvenientes pois, era considerada uma fala inconsciente e portanto, liberada de julgamento. Diferentemente, a verbalização na condição de um ato consciente foi entendida como comprometedor e por esse motivo Freud sofreu sérias restrições à sua técnica. Apesar das dificuldades enfrentadas na época, foi a colocação na fala, das causas e sentimentos oriundos dos sintomas, que determinou os novos rumos do tratamento psicanalítico. Esse fato inaugura, na clínica psicanalítica freudiana o método da associação livre, nomeado por uma de suas pacientes, conhecida em sua obra como Ana O, de “talking cure”, a cura pela fala.

O conteúdo da fala das histéricas não versa sobre uma memória biológica, ou intuição mística, mas é tão somente uma rememoração da história, dos acontecimentos passados que oscilam entre a realidade e o futuro. Tudo isso constitui o que Lacan ([1953] 1966) em *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*, chama de fala plena, cujo efeito é poder reordenar as contingências passadas e dar sentido, dentro do espaço mínimo de liberdade que resta ao sujeito, às necessidades que estão por vir. Os meios são os da fala e seu campo o da linguagem e suas operações são as da história e, assim, vemos emergir, pela práxis analítica, a verdade no real. Cito:

Os sintomas de conversão, inibição e angústia não estão ali para dar a vocês o ensejo de lhes ratificar os nós, por mais sedutora que possa ser sua topologia; é de desatá-los que se trata, e isso quer dizer devolvê-los à função de fala que eles têm, num discurso cuja significação determina seu emprego e seu sentido. (LACAN, [1953] 2003, *Discurso de Roma*, p.145,146)

O inconsciente freudiano, conforme Lacan define no *Seminário 11* ([1964] 1998), é algo de uma estranha temporalidade e se produz no tropeço, na hiância e, se apresenta com um efeito de surpresa, um “reachado”, sempre pronto a escapar em uma vacilação. A descontinuidade é sua característica na condição de fenômeno e o *um* que ele introduz é o *um* da falta, da ruptura, da fenda cuja abertura faz aparecer simplesmente a ausência. O inconsciente é o sujeito

indeterminado, na condição de enigma, de alienado à sua história e que se apresenta, na fala, no nível da enunciação. Lacan define o inconsciente como sendo os efeitos da fala sobre o sujeito:

O inconsciente, são os efeitos da fala sobre o sujeito, é a dimensão em que o sujeito se determina no desenvolvimento dos efeitos da fala, em consequência do que, o inconsciente é estruturado como uma linguagem. Aí esta uma direção bem-feita para arrancar aparentemente qualquer apreensão do inconsciente de uma visada de realidade outra que não a da constituição do sujeito. (LACAN, *Seminário 11* ([1964]1998), p. 142)

Os efeitos da fala engendram no ouvinte formulações inconscientes decorrentes da relação desses efeitos com a realidade do inconsciente e, a dimensão do terceiro é que permite o emergir da duplicidade entre o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação. Assim, o desejo do analista faz bascular o desejo do paciente sem que seja possível evitar a alucinação no que diz respeito ao que o *outro* deseja que se faça dele. Para Lacan no *Seminário 11* ([1964] 1998), esse mecanismo permite afirmar que a realidade do inconsciente é sexual, ou seja, uma verdade insustentável.

Mesmo sabendo que é a divisão sexual, macho e fêmea, que garante a reprodução e a manutenção das espécies do seres vivos, é no nível da aliança enquanto oposta à geração natural e à linguagem biológica, que são exercidas as trocas fundamentais. Segundo Lacan, é no nível do significante que reencontramos as estruturas mais elementares, que se inscrevem nos termos de uma combinatória. “O que tornaria legítimo sustentar que é pela realidade sexual que o significante entrou no mundo – o que quer dizer que o homem aprendeu a pensar – é o campo recente das descobertas que começam com o estudo mais correto da mitose.” (p.144)

Não se trata somente de pensar o inconsciente como uma remanescência da junção arcaica do pensamento com a realidade sexual, mas de considerarmos a sexualidade como a realidade do inconsciente. Para tanto não podemos abdicar da função da libido, considerada por Freud como o elemento essencial do processo primário, que presentifica efetivamente o desejo como ponto nodal que liga a pulsação inconsciente à realidade sexual. Segundo Lacan ([1964] 1998), é no passo a passo da clínica que encontramos o desejo situado

na dependência da demanda, como um elemento indeterminado, insatisfeito e desconhecido, que corre por debaixo dela. “A função do desejo é resíduo último do efeito do significante no sujeito.” (p.147)

Dizer que a libido é o elemento essencial do processo primário, significa pensar que a mais simples necessidade alucinada, como por exemplo, o desejo de comer algo não implica necessariamente na presentificação das guloseimas sonhadas. Para Lacan ([1964] 1998), esse funcionamento permite pensar que o sonho é possível em razão da sexualização dos objetos, pois, a realidade em si mesma é definida como dessexualizada: “É desde o ponto que o sujeito deseja que a conotação de realidade é dada na alucinação.” (p.147)

É o desejo do outro, mais especificamente no processo de transferência, assim como aconteceu com Ana O, que inscreve o peso da realidade sexual, considerando o desejo como lugar de junção da demanda, enquanto àquela que presentifica as “sínopes do inconsciente” (LACAN [1964] 1998, p.149), com a realidade sexual. A gravidez nervosa de Ana O – *pseudociese* – é um sintoma e, segundo Lacan, um signo, ou seja, algo para alguém. Porém, ele adverte que não se trata de pensarmos que na transferência em análise, o que acontece é somente o que decorre do *desejo do Outro*, tirando assim a responsabilidade e a angústia do analista. Lacan ([1964] 1998) afirma: “Não há apenas o que, no caso, o analista entende fazer de seu paciente. Há também o que o analista entende que seu paciente faça dele.” (p.151) Portanto, o funcionamento da transferência não se refere a um mecanismo de defesa do analista e sim ao seu desejo. A transferência, segundo ele, atualiza a realidade do inconsciente.

Não se trata, no entanto, de desvelar o inconsciente e fazer o sujeito falar, mas de fazer emergir o desejo, a verdade do sujeito e o mito do seu nascimento. Quando a proposta é falar da estruturação do sujeito no campo da linguagem implica falarmos da ordem simbólica e de transmissão. Esse processo como vimos anteriormente com Benveniste e Lacan, depende de uma palavra eficaz e um fundo de verdade para acontecer. A verdade sobre aquele que nasce habita o desconhecido do Outro, o desejo e, em sendo assim, é quase sempre indizível.

## **A verdade fala eu...**

Neste ponto, fazemos um corte na nossa investigação pela via da teoria psicanalítica, para introduzir uma valiosa contribuição de Foucault (2006) sobre a história da verdade. Elegemos um fragmento de uma de suas aulas em que ele discute o poder psiquiátrico e a questão da verdade, estabelecendo uma visão filosófica sobre a *verdade do saber científico* e a *verdade dispersa*, que posteriormente ele irá nomeá-las de *verdade céu* e *verdade raio*.

O autor, na sua “pequena história da verdade”, define por primeiro o *saber científico*, como um saber que pode ser encontrado em todo lugar, durante o tempo todo e supõe que haja verdade em toda parte. Trata-se de um saber que pode ser apreendido mais facilmente, ou ainda, mais seguramente, dependendo do momento ou dos instrumentos utilizados. Neste saber há sempre verdade, por vezes oculta, recuada ou escondida. Difícil de alcançar em decorrência dos nossos próprios limites, no entanto ela certamente está lá a esperar que a encontremos. Ele a descreve como uma verdade que percorre o mundo inteiro e nunca é interrompida nela não há buraco negro e habita tudo e qualquer coisa e não há ninguém desqualificado para falar sobre a verdade do saber científico. A posição filosófico-científica da verdade, neste caso, está diretamente ligada a uma certa tecnologia da construção, da constatação e da demonstração, isto é, a tecnologia da verdade demonstrativa coincide com a prática científica.

No que se refere à *verdade dispersa*, Foucault (2006) a define como descontínua, pois, não a encontramos em todos os lugares, nem mesmo se ficarmos o tempo todo esperando. É preciso espreitá-la, ou apreende-la onde quer que esteja. Por ser descontínua e interrompida, ela fala e se produz de tempos em tempos, em certos lugares e não nos espera porque tem seus instantes favoráveis, lugares propícios, agentes e portadores privilegiados. É uma verdade que tem sua geografia, e ele completa: “o oráculo que diz a verdade em Delfos não a formula em nenhum outro lugar e não diz a mesma coisa que o oráculo que está em outro lugar.” (p.303). A verdade dispersa tem seu próprio calendário e cronologia. Ele faz uma analogia da verdade dispersa com a verdade da doença que aparecerá no momento da crise que se relaciona a uma ocasião e que passa como um relâmpago ela é só um instante.

Para Foucault (2006), a *verdade dispersa* tem seus próprios mensageiros, operadores exclusivos e privilegiados que possuem segredos sobre os lugares e os tempos; são aqueles que se submetem a uma prova de qualificação. Sabem pronunciar as palavras chaves, consumaram os gestos e os rituais e são escolhidos pela verdade que se abateu sobre eles, são: os profetas, os adivinhos, os inocentes, os magos, loucos, sábios e cegos. Essa verdade não é universal, é uma verdade rara e que se produz como um acontecimento por intermédio de seus operadores privilegiados.

O autor manifesta na sua “pequena história da verdade”, o desejo de fazer prevalecer a verdade-raio contra a verdade-céu. Isso significa não perder de vista que a demonstração científica nada mais é que um ritual, e assim, o sujeito do conhecimento é tão somente um indivíduo historicamente qualificado a partir de certas modalidades. A verdade descoberta pode ser considerada pura relação de conhecimento e se situa no interior da relação sujeito-objeto. Para ele a descoberta da verdade é na realidade uma modalidade de produção de verdade, ou seja, é preciso que o céu esteja lá para que o raio produza seu efeito e, então, se investigue para estabelecer novos conhecimentos e tornar este céu ainda mais azul.

Um tanto poético, porém é exatamente essa a via para se lidar, se é que podemos usar esse termo, com a verdade. O fato é que, quando a questão é falar da verdade, o do que se trata, é mesmo uma lida. Não só no sentido de um trabalho, uma batalha, mas também de um sofrer, um suportar, um ocupar-se em falar desse impossível que, como um raio, sempre escapa. Para Foucault (2006), quem não pode ver o traçado de um raio no céu, só pode ouvir ao longe, num depois, o som, o eco da sua passagem, mas, quem viu um desses raios que cortam os céus, pode ver também seu brilho clarear pontos obscuros que sem sua luz não poderiam ser vistos.

A luz que lampeja do raio, mesmo que por uma fração de segundo, é que permite ver os pontos obscuros do céu, esse céu que está ali o tempo todo, porém que não se revela por inteiro, só quando o raio faísca. Uma analogia nos permite dizer que a verdade sobre esse que nasce só pode emergir nas palavras que escapam e que apesar de pronunciadas o tempo todo, em algum instante tem poder de revelação.

A verdade em psicanálise, segundo Porge (2010) em *A ronda dos semi-ditos claros*, não oferece um conceito, mas uma forma de entendê-la, a partir do lugar de onde ela vem e das conseqüências que ela produz. A verdade não se opõe à mentira, mas ao esquecimento que é sua sombra inseparável. Em seu texto ele faz um importante levantamento sobre a argumentação e a discussão da verdade nos ensinamentos de Lacan (1953 a 1970). Porge, assim como Foucault, marca uma dualidade: a *verdade empírica* – conforme a realidade e adequada às coisas e, a *verdade lógica* – aquela que leva em conta o encadeamento coerente de posições. Acrescenta, no entanto, que para a psicanálise não basta analisar a realidade e o encadeamento lógico para pensar a verdade; é imprescindível considerar o terceiro elemento, ou seja, o inconsciente:

(...) e, enfim, na necessidade de levar em conta um terceiro termo – o inconsciente – que, na vertente da lógica, ignora a contradição, e, na vertente da realidade, não é mimético. Inútil acrescentar que, com o inconsciente, a verdade desvelamento, a verdade empírica, a verdade formal não têm mais estancamento algum. (PORGE, 2010, p.125)

Diante da constatação de que não há como parar esse processo em que verdadeiro e falso realidade e contradição o tempo todo se misturam, tudo parece estar perdido, não há por onde prosseguir. Talvez, como Porge (2010) menciona no seu texto, a psicanálise poderia lavar as mãos como fez Pilatos. Mas, esse não é o caminho da lida psicanalítica, muito menos de Freud e Lacan e, portanto, Porge nos oferece como possibilidade uma *verdade variável*, que ele referencia em seu artigo a um texto de Lacan de 1977. A questão da verdade, segundo ele, sempre instigou Lacan e a cada momento de sua produção teórica ele a abordou por um ângulo diferente, porém nunca se afastou da tentativa de manter uma continuidade da problemática e, assim, cada um dos enunciados de Lacan permanece verdadeiro, mesmo depois que o seguinte possa ser verdadeiramente esclarecido.

Como uma primeira reflexão sobre a verdade, Porge (2010) propõe a expressão construída por Lacan em 1953: “a verdade tem uma estrutura de ficção”. Nesse momento, segundo ele, Lacan caminha bem nos rastros de Freud, pensando sobre a verdade ou a falsidade das lembranças de infância. Essas lembranças, em sua maioria distorcidas pela imaginação e pelo tempo, misturam

o verdadeiro e o falso com relação às experiências vividas, mistura essa que pode ser considerada uma questão insolúvel. Num primeiro momento parece que o melhor é não se preocupar em responder, compreender ou saber. No entanto, a posição do analista em relação a essas produções psíquicas, uma vez reconhecido o mundo da neurose, é justamente admitir que essa realidade, constituída também por inúmeras fantasias, tem seu papel determinante na clínica psicanalítica e não se trata de estancá-la.

Lacan faz uma leitura cruzada de Freud e Lévi-Strauss que, segundo Porge (2010), por um lado determina que a *eficácia simbólica* da estrutura familiar se apresenta como um caminho possível para inscrição da fantasia no sujeito e, por outro lado, sublinha a questão da verdade da fantasia. Porge esclarece ainda, que a problemática da verdade está ausente nos textos de Lévi-Strauss sobre os mitos. A eficácia na transmissão mítica não está ligada à verdade em si mesma, mas a fragmentos de verdade que produzem efeitos. Porge cita Lacan:

(...) o mito é o que dá uma fórmula discursiva a algo que não pode ser transmitido na definição da verdade, visto que a definição da verdade só pode se basear em si mesma, e que é na medida em que a fala progride que ela a constitui. A fala não pode apreender a si mesma, nem apreender o movimento de acesso à verdade, como uma verdade objetiva. Ela só pode exprimir – e isso de um modo mítico. (PORGE, 2010 p.127e128)

Com relação à verdade falada e escrita, o texto de Porge (2010) se refere a uma frase de Lacan ([1955] 1966) em seu texto *A coisa freudiana ou o Sentido de um retorno a Freud em psicanálise*: “A verdade disse: ‘Eu falo” (p.414). Ele esclarece que não se trata de uma prevalência da fala sobre a escrita, mas sim, de fazer uma reversão, ou seja, transformar a verdade falada, ou escrita, em verdade falante ou literante. O que fica proposto por essa via é não só o falar sobre a verdade ou de uma verdade, mas falar *com* uma verdade, escrever para ela e até ouvi-la. Uma verdade que fala na equivocação, naquilo que consideramos sem importância na essência. Cito:

Quer fujais de mim no embuste, quer penseis apanhar-me no erro, junto-me a vós no equívoco contra o qual não tendes refúgio. Ali onde a fala mais cautelosa exhibe um ligeiro tropeço, é para com sua perfídia que ela falta, divulgo-o agora, e daqui em diante não será nada fácil agir como se nada houvesse, em boa ou má

companhia. Mas não há porque fatigardes em vigiar-vos melhor. (...) Vagabundeio pelo que considerais como o menos verdadeiro em essência: pelo sonho, pelo desafio ao sentido da piadinha mais gongórica e pelo *nonsense* do mais grotesco trocadilho, pelo acaso, e não por sua lei, mas por sua contingência, e nunca procedo com maior certeza para mudar a face do mundo do que ao lhe dar o perfil do nariz de Cleópatra. (LACAN, [1955] 1966, p. 411)

Outra fórmula importante sobre a verdade enunciada por Lacan – *A verdade fala eu* – foi articulada, segundo Porge (2010) considerando o texto do Êxodo (3), quando Moisés interroga Deus, perguntando o seu nome e Ele responde: “*sou o que sou*”. A verdade não se explica, ela se diz, é sempre não toda, é um vácuo no sujeito, uma falha no princípio do prazer, ela é estranha ao sujeito, um ser estrangeiro. Há sempre alguma parte da verdade que não se sabe, uma vez que o saber e a verdade não se relacionam, e ela, a verdade, só se suporta num semi-dizer, que pode ser entendido por meio de figuras alegóricas: no enigma, como enunciação; na citação, como enunciado; e, no mito, como enunciação da verdade. Sua condição é de ser fracionada e separada do saber. Para o autor, não se pode dizer a verdade sobre o verdadeiro, pois não há garantias, só há falta.

Freud (1939 [1934-38]) afirma que para psicanálise, o que se transmite é sempre a verdade da experiência, seja pela magia das palavras na boca dos profetas, dos curandeiros, dos magos, dos poetas, o que importa é seu efeito de verdade. Para Foucault (2006), esse efeito é como um raio, que pode clarear o céu e (des) velar o que está obscuro. Para Lacan ([1953]1966) em seu texto *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise* a verdade pode ser resgatada pela fala.

O inconsciente é o capítulo de minha história que é marcado por um branco ou ocupado por uma mentira: é o capítulo censurado. Mas a verdade pode ser resgatada; na maioria das vezes já está escrita em outro lugar. (LACAN, [1953]1966, p.260)

No seu texto intitulado *Moisés e o Monoteísmo*, Freud (1939[1934-38]) investiga em que medida é possível transmitir um saber pela fala ou pela escrita, tendo como ponto de partida fragmentos, equívocos, falhas e lacunas. A pergunta de Freud que está em jogo no texto citado diz respeito à possibilidade e à

validade de se empreender um trabalho para provar uma hipótese partindo da premissa de aceitar somente o que parece útil de um material disponível, e descartar o que não interessa reunindo os diferentes fragmentos sob o interesse da probabilidade psicanalítica, e conclui: "(...) se mantemos claro que uma técnica desse tipo não pode dar qualquer certeza de que cheguemos à verdade, então pode-se justamente perguntar porque estamos empreendendo este trabalho." (p.119)

A proposta de uma escrita sobre a transmissão e a verdade, em psicanálise, nos conduz seguramente a um fracasso, que é necessário, para que ambas possam acontecer. É certo para toda comunidade psicanalítica que foi a rigidez ao determinismo científico que possibilitou a Freud construir a psicanálise. Porém, foi sua experiência na clínica com pacientes que demonstrou que é só o depois que produz o efeito de traumático no antes. Os pacientes traziam relatos sobre o passado construídos sobre fragmentos de verdade, de momentos ou cenas por eles interpretados como traumáticos, e cuja construção da ficção ficava totalmente submetida à imaginação daquele que a protagonizou. A análise freudiana dos romances familiares identifica o conteúdo de nossas experiências diárias de qualquer natureza, no trauma, na neurose e na latência, submetidos a uma fixação que não necessariamente tem estatuto de verdade.

Nessa condição de velar a verdade, o trauma, pode ser entendido como impressões que são experimentadas muito cedo (2 a 5 anos), na primeira infância, e mais tarde esquecidas, porém muito importantes na etiologia das neuroses. São, em sua maioria, experiências do próprio corpo do indivíduo ou percepções sensoriais de algo visto ou vivido. Essas marcas, que deixam seus vestígios, estão relacionadas com a época da aquisição da linguagem e as experiências são, quase sempre, esquecidas e inacessíveis à memória, ao que Freud (1939[1934-38]) chama de amnésia infantil e recordações encobridoras. As lembranças ou impressões são de natureza sexual, agressivas e danosas ao processo de constituição do ego. Seus efeitos podem ser positivos, no caso das fixações no trauma, que por sua vez, produz uma necessidade de recordar a experiência esquecida e colocar o trauma em funcionamento, torná-lo real, repetir, reviver a experiência com outra pessoa ou em outra circunstância. Ou ainda, negativos, quando o objetivo é oposto, ou seja, que nada possa ser recordado ou repetido, gerando assim reações defensivas, evitações, inibições e fobias.

Quanto à neurose, podemos dizer que sua gênese remonta a impressões muito primitivas da infância e só é possível supor que houve o trauma porque surge a neurose. Seus sintomas são as formações de compromisso em que ambas as tendências procedentes dos traumas se reúnem para encontrar uma expressão, que são os conflitos. Uma neurose pode causar uma inibição e a incapacidade de viver e é possível identificar uma expressão direta de sua fixação numa parte primitiva de seu passado.

No que diz respeito à latência, nesse momento, podemos defini-la como um hiato entre o momento traumático e a manifestação da neurose. Em sua maioria, as neuroses adultas ou definitivas se manifestam após a puberdade como efeito retardado do trauma. Isso não quer dizer que não seja possível surgir, mesmo que raramente, uma neurose infantil, imediatamente após uma vivência traumática.

O percurso que Freud (1913-1914) traça para a história da vida da espécie humana em *Totem e Tabu* tem essa mesma estrutura, a da construção da neurose: o trauma primitivo, a defesa, a latência, o desencadeamento da doença neurótica e o retorno parcial do reprimido. Na sua inventividade e como forma de dar sentido ao impossível, Freud seguindo seu estilo de escrita literária, nos presenteia com a criação do *Mito da origem em Totem e Tabu*, abrindo assim, mais um interstício para a discussão sobre a questão da verdade em psicanálise. Uma abertura que, através do mito, proporciona a possibilidade de fazer uma disjunção entre a verdade e o saber, permite um semi-dizer.

A verdade imperecível de um passado distante, a infância, a idade de ouro é lá que cada homem busca quase sempre a sua verdade. No entanto, nem sempre essas lembranças estão claras e Freud (1939[1934-38]) nos diz que, quanto mais incompletas e enevoadas forem as lembranças, mais espaço e lacunas para imaginação, que por sua vez, poderá fazer uso disso para reproduzi-las segundo suas intenções. “Quase se poderia dizer que, quanto mais vaga uma tradição, mais útil ela se torna ao poeta.” (p.86) A fragilidade da verdade sempre fragmentada é paradoxalmente sua potência e apesar de seus meios obscuros, porém ardilosos e eficazes, ela nunca se mostra toda, mas ainda assim, continua produzindo efeitos. A verdade variável, segundo Porge (2010) tem estrutura de ficção, fala e diz – eu, sempre num semi-dizer.

Segundo Lacan ([1953] 2003) no *Discurso de Roma*, “a psicanálise é fonte de verdade, mas também de sabedoria”. (p. 152), e essa sabedoria desde que o homem começou a enfrentar seu destino, tem um aspecto que nunca engana, ela se revela, subverte, canta, ri, escapa, e ele conclui: “Ela é toda linguagem” (p.152). O estilo através do qual o humano se revela no homem e seu sentido, segundo Lacan, só pode ser apreendido na linguagem, sem a qual a fala não se liberta.

A possibilidade de haver *um outro* habitando dentro de nós, ou quem sabe talvez *um Outro* que nós desde sempre habitamos, parece gerar uma confusão, um não discernível, um não saber onde começa e onde termina *o eu e Outro*. Quem fala? Há inúmeros caminhos pelos quais poderíamos tentar compreender esse momento ou talvez até tentar explicá-lo. Porém, segundo a psicanálise podemos afirmar que esse é um momento mítico e implica um não saber. O mito faz parte da transmissão simbólica e, como já vimos, é passada de geração em geração dentro de um grupo, um relato que é contado pela via da tradição oral, pela fala. Não uma fala qualquer, mas a que guarda sempre um fundo de verdade, representa os fatos, nomeia e ordena os personagens que estão autorizados nos seus papéis, desde sempre, pelo imaginário da coletividade onde nasce o bebê. Uma fala onde o sujeito possa ser contado e que só pode ser articulada na língua dos pais, lugar onde as palavras significam os lugares, funções e as alegorias de cada atuação. Mesmo que inconsciente e sempre fragmentada no que consiste em dizer a verdade, as palavras que falam o sujeito é que permitem e autorizam a sua condição de *ser falante*.

Cito: “É real que se respira melhor quando as brumas de uma tarefa se dissipam, mas não é menos verdade que nem por isso seus obstáculos diminuem.” (LACAN, [1953] 2003, *Discurso de Roma*, p. 167)

#### 4) DA ESTRUTURAÇÃO SUBJETIVA

*“Pela separação, o sujeito acha se podemos dizer, o ponto fraco do casal primitivo da articulação significativa, no que ela é de essência alienante. É no intervalo entre estes dois significantes que vige o desejo oferecido ao balizamento do sujeito na experiência do discurso do Outro, do primeiro Outro com o qual ele tem que lidar, ponhamos, para ilustrá-lo, a mãe no caso”.*(LACAN, 1964, Seminário 11, p.207)

Nos capítulos anteriores, investigamos a questão do estatuto da palavra na transmissão da vida, da palavra que fala o sujeito no seu nascimento e revela, num velar e desvelar, a verdade sobre sua origem. Vimos que não se trata de uma transmissão biológica, mas simbólica que permite ao ser que nasce, pela linguagem, abandonar sua condição de puro corpo, a saber, sua animalidade. Abordamos ainda as operações do inconsciente que pela função da fala dizem a partir do campo da linguagem sobre aquilo que ele sabe, mas também sobre o que desconhece, ou seja, sobre a verdade que nele habita.

Nossa proposta nesse momento consiste em apreender a dimensão do percurso da estruturação subjetiva que envolve as operações de causação do sujeito e o seu processo de subjetivação, tomando como premissa a afirmação de Lacan ([1953] 2003) no *Discurso de Roma*, que define o *eu* como apenas metade do sujeito.

O *eu*, no entanto, verdade primeira da psicanálise, nunca é senão metade do sujeito; e essa metade, ainda por cima, não é a boa nem a que detém o fio de sua conduta, de modo que o referido fio deve ser torcido, e não apenas um pouco. (p.151, grifo do autor)

Para falar da estruturação subjetiva Lacan ([1964] 1998) escolhe duas operações: alienação e separação; consideradas essenciais no processo de fundação do sujeito. No *Seminário 11* ele explica que essas operações são derivadas da lógica formal e foram escolhidas por sua capacidade operacional, que classifica o sujeito na sua condição de dependência significativa ao lugar do Outro. Alerta ainda, que alguns artifícios são necessários para o nosso pensamento, que padece de uma certa impotência, e demanda de significantes para compreender.

Para analisar as questões que envolvem esse processo nos apoiamos também nas articulações, a partir do texto lacaniano, de Vorcaro (1999) e (2004), cujo trabalho se refere à clínica psicanalítica com crianças. No primeiro ela analisa as operações de causação do sujeito para pensar as psicopatologias graves e no segundo, ela demonstra como as operações ordenam a constituição subjetiva que conta com a hipótese do inconsciente.

O Outro materno, como já mencionamos, pode ser compreendido enquanto uma língua falada que tenta, a cada momento, preencher o vazio que existe entre o dito e o desejo inarticulável que causa angustia e só pode ser expresso pelo bebê através do seu grito ou pelo choro. Esse grito, como prefere a autora, encadeia um movimento de maternagem que, segundo Vorcaro (2004), agencia a experiência de satisfação e dá suporte a esse momento mítico. Ela qualifica como mítico em razão da falta ser pressentida e a confirmação só ser possível no depois: era fome, era sono; só no depois, no estancamento do grito é que se pode supor o que ele demandava. A suposição está no imaginário da mãe e não há garantias da correspondência apesar do apaziguamento e, por essa condição, a potência e a eficácia da ação podem ser somente supostas. Assim, no entendimento da autora, se presentifica uma condição de assujeitamento do ser, entre o vivo e o Outro, “na qual aquilo que teria satisfeito a necessidade sustentará sua condição de não-simbolizável, inassimilável, estranha.” (p.75)

O bebê, logo após o nascimento, mantém sua condição parasitária com o seio, tal como foi com a placenta. Sua percepção, nesse momento, é de que o seio é parte dele mesmo e não do corpo da mãe. Nessa total indistinção, experimenta-se ainda, como centro do desejo da mãe, ou seja, “encarnado em *falo* daquela”. (VORCARO, 2004, p.74)

Nessa condição, é preciso acontecer a repartição do sujeito e do Outro como campos, para que esse que grita possa ascender à condição de sujeito. Se considerarmos com Lacan ([1964] 1998) que o Outro é o lugar onde se situa a cadeia do significante, lugar originário que comanda tudo o que se refere à constituição da subjetividade, é exatamente ali que o sujeito deve aparecer. “E eu disse – é do lado desse vivo, chamado à subjetividade, que se manifesta essencialmente a pulsão.” (p.194)

Os processos que envolvem esse momento são articulados por Lacan como circulares entre o sujeito e o Outro e, por sua natureza eles são

dessimétricos, o que significa dizer que não há reciprocidade. “(...) do sujeito chamado ao Outro, ao sujeito pelo que ele viu a si mesmo aparecer no campo do Outro, do Outro que lá retorna.” (LACAN, [1964] 1998, p.196) Por essa circularidade temos a fórmula: *um significante é o que representa um sujeito para um outro significante*; e uma vez, sendo o significante produzido no campo do Outro, ele faz surgir o sujeito da sua significação. No entanto, ele só funciona como significante ao reduzir o sujeito à condição de puro significante e, segundo Lacan ([1964] 1998) “petrificando-o pelo mesmo movimento com que o chama a funcionar, a falar, como sujeito.” (p.197) Esse movimento de pulsação temporal instituído pelo funcionamento inconsciente produz um fechamento e, por esse processo o sujeito está condenado à só aparecer na divisão; de um lado como sentido produzido pelo significante, e do outro como desaparecimento.

A primeira operação essencial a se desencadear na fundação do sujeito é a de alienação. Ela se suporta pela forma lógica da reunião, uma subestrutura da operação que envolve uma escolha forçada – ou um ou outro – e, cujo resultado implica no descarte do *ser* para que o sujeito possa advir em seu lugar. Caso isso não aconteça, estará condenado a só aparecer no campo do Outro.

A alienação não é um estado permanente, apesar de Lacan ([1964] 1998) afirmar no *Seminário 11* que não é possível, infelizmente, dizer que ela não circula em nossos dias: “O que quer que se faça, sempre se está um pouquinho mais e mais alienado, quer seja no econômico, no político, no psicopatológico, no estético e assim por diante.” (p. 199) Trata-se, no entanto, de uma operação em que a criança e o Outro travam uma luta desigual restando à criança assujeitar-se, como condição única para se tornar sujeito. Ela escolhe seu próprio desaparecimento e esse é o caminho, a saída para a condição de sujeito. Se o *ser* aparece, de um lado completando o sentido produzido pelo significante, do outro só lhe resta aparecer como *afânise*.<sup>13</sup>

O *ser* do sujeito, aquele que se encontra sob o sentido, precisa escolher, pois, ao que parece, só lhe resta vestir a camisa-de-força da linguagem.

Escolhemos o ser, o sujeito desaparece, escapa, cai no não-senso – escolhemos o sentido, e o sentido só subsiste decegado

---

<sup>13</sup> Desaparecimento do desejo sexual, ou medo mórbido desse desaparecimento.

dessa parte de não-senso que é, falando propriamente, o que constitui na realização do sujeito, o inconsciente. (LACAN ([1964] 1998, p.200)

A possibilidade de haver sujeito depois da operação de alienação é suposta na medida em que a palavra molda seu ser que ainda é apenas potencial, e permanece vazio, é pura falta. O bebê permite que o significante do Outro, o substitua e sua escolha de sujeição é fundamental e necessária para a operação seguinte, ou seja, para que o indivíduo advenha como sujeito.

A separação surge do recobrimento de duas faltas: uma falta no Outro, na intimação que o discurso do Outro lhe faz, e a falta antecedente do próprio desaparecimento de seu ser, que nesse momento ele vem situar no ponto de falta do Outro. Portanto, Vorcaro (1999) afirma que “a fantasia do seu desaparecimento é o primeiro objeto que o sujeito tem para pôr em jogo nessa dialética. Uma falta recobre a outra, numa dialética que faz junção do desejo do sujeito com o desejo do Outro.” (p.25) Ela explica, ainda, que pela separação, uma falta engendrada pelo tempo antecedente, serve como resposta a uma falta provocada pelo tempo seguinte.

A subestrutura que atua na separação é a intersecção que por seu efeito põe fim na circularidade da relação do sujeito ao Outro formada pelos elementos que pertencem aos dois conjuntos. Por essa operação o sujeito é separado do seu lugar de origem, de um lugar prévio da cadeia significante que o constitui. O intervalo que acontece no corte dos significantes, segundo Lacan ([1964] 1998), é por onde certamente o desejo do Outro vai escapar e surgirão todos os “porquês?” – e os enigmas do desejo do adulto. O que ele quer? Pode ele me perder? Só resta a linguagem, o falar sobre, o tentar responder e buscar a verdade sempre inalcançável.

Didier-Weill (1998), em seu texto intitulado *A Escansão*, fala desse momento originário do sujeito como resultado de um pacto. Cito:

O que há de mais originário no sujeito é o fato de que ele é o resultado de um pacto que se produziu num tempo pré-histórico, no qual houve um encontro, uma intersecção entre o real e o simbólico. Lacan diz que, nesse momento, o real padece do significante. Neste pacto, que precede o recalçamento originário, no qual o imaginário ainda não intervém, o que se produz é um encontro entre este real humano totalmente enigmático, ou seja, este corpo que chega ao mundo numa materialidade que pesa,

que se assemelha a uma folha de papel branca, a uma ardósia mágica, e aquilo que sobre ela vem inscrever-se, a ordem do significante. Aí se produz um encontro entre “há” (simbólico) e “não há” (real). Com este pacto se delineia uma espécie de dimensão de promessa, promessa de algo que ainda não se pode saber: promessa de um devir. (p.11,12)

O autor pondera que este pacto será rompido e é dessa ruptura que chamamos de trauma desde Freud, que o sujeito terá que se constituir na sua subjetividade. Isso significa que ao descobrir que não há significante lá onde ele acreditava que havia, se produz o nó do processo enigmático entre o “há” e o “não há” que desencadeia o processo de recalçamento originário. Esse recalque se institui na nodulação das três consistências – real, simbólico e imaginário – e, na resultante dessa operação de nodulação é que veremos emergir o sujeito, “um sujeito que receberá imagem, palavra e corpo”. (DIDIER-WEILL 1998, p.13)

Assim como a alienação se suporta na lógica da reunião, a separação se suporta na lógica da intersecção e na superposição da falta do desejo do Outro e o ser perdido do sujeito. Esse sujeito “encontra na falta do Outro o equivalente ao que ele é como sujeito do significante.” (VORCARO, 1999, p.26) O que importa fundamentalmente é o fato da criança não vir a ser realmente o único interesse da mãe, pois, só assim, as duas faltas nunca poderão se sobrepor plenamente.

Nesse processo é essencial considerar, ainda que brevemente, a importância da metáfora paterna como operação e cuja função é anular a unidade inicial mãe-criança pela introdução do significante primordial; trata-se de criar uma lacuna essencial entre elas. A figura paterna, que não necessariamente se refere ao pai biológico, mas sim a quem a exerce como função, é indesejável e até estranha à unidade – mãe e filho – porém fundamental para a separação. O desejo da mãe pela criança e da criança pela mãe, situação dual perigosa, é barrado pela linguagem, na condição de um Nome. Lacan ([1969-70]1992) no *Seminário 17* se refere a esse nome como “Nome do Pai” e lhe atribui o poder de neutralizar o desejo do Outro, que é ambíguo e se apresenta como uma ameaça para criança. Cito:

O papel da mãe é o desejo da mãe. É capital. O desejo da mãe não é algo que se possa suportar assim, que lhes seja indiferente. Carreia sempre estragos. Um grande crocodilo em cuja boca vocês estão – a mãe é isso. Não se sabe o que lhe pode dar na telha, de estalo fechar sua bocarra. O desejo da mãe é isso.

Então, tentei explicar que havia algo tranquilizador. Digo-lhes coisas simples, estou improvisando, devo dizer. Há um rolo, de pedra, é claro, que lá está em potência, no nível da bocarra, e isso retém, isso emperra. É o que se chama falo. É o rolo que os põe a salvo se, de repente, aquilo se fecha. (LACAN [1969-70]1992, p.118)

Resta à criança perder a luta para o Outro na operação de alienação e ocupar um lugar marcado no simbólico e, separada, tornar-se um sujeito desejante.

A complexidade imposta ao sujeito pelas operações implicadas na estruturação da subjetividade é algo que irá produzir seus efeitos no decorrer de sua vida e, atravessar os fantasmas que advém desse momento, certamente só é possível dentro de um processo analítico. A análise possibilita a construção de uma possível condição para que o sujeito possa assumir uma nova posição em relação ao Outro como desejo. A condição é poder habitar o seu lugar na fala do Outro, aquilo que o trouxe à existência, ou ainda, tornar-se aquilo que o causou.

Lacan, no *Seminário 11* ([1964] 1998) considera o sujeito do *cogito* como, o “falso ser”, aquele que acredita saber tudo sobre si mesmo, e, assim, não há lugar para divisões, pois só há certezas quando se pensa. Para Descartes sustentar esse movimento de balança do *eu sou*, para o *eu penso*, foi necessário considerar a existência de bases muito verdadeiras. É preciso um Outro que não seja enganador, portanto, um Deus perfeito, que possa, quem sabe, garantir os fundamentos da própria razão objetiva. Para Lacan, assim como em Freud, não se trata de haver um Outro enganador mas um Outro enganado, o significa dizer que só há dúvida, semi-dito, divisão. O sujeito é a própria divisão, uma divisão significativa, produto do funcionamento da linguagem.

O sujeito estruturado no campo da linguagem internaliza imagens pelas expressões de fala a partir das palavras proferidas, que são derivadas do Outro parental, por exemplo: uma boa menina, menino cruel, incompetente, filho exemplar, idiota, preguiçoso, inteligente, baixinho, burro, responsável, chorão, brilhante, que se oferecem como possibilidade para o sujeito se significar no mundo. Não há como negar que, enquanto os significantes representam o sujeito para outro significante, isso certamente produz seus efeitos na constituição do sujeito e na imagem que terá de si mesmo. A cristalização desses significantes define, mesmo que inconscientemente, o que realmente interessa ao Outro.

Assim, seguir o sentido do engano, ou quem sabe, a verdade da mentira, ou ainda, o sim da negação, paradoxalmente, por mais estranho que pareça, é talvez, uma forma eficaz de perceber o sujeito, que para Freud sempre se apresentou como evanescente, que aparece para em seguida escapar, em circunstâncias diversas, numa repetição sintomática.

Esse sujeito, tal como vimos até aqui, se estrutura no campo da linguagem pelas operações de alienação e separação, como uma posição adotada em relação ao Outro numa ordem simbólica – a lei; um Outro materno que compreende o desejo dos pais, desejo esse que constitui o desejo do sujeito. Superar a sua fixação e atravessar a fantasia exige do sujeito empreender um trabalho em condições transferenciais com um analista na função da sua práxis, pois, aquele que se constitui pela via da subjetivação não se dá a conhecer, sem conseguir dela se desfazer mesmo que por um instante.

### **Sujeito e subjetividade**

Porge (2009) no seu texto *Um sujeito sem subjetividade* faz um alerta à comunidade analítica ao afirmar que o sujeito constituído na sua subjetividade não pode jamais ser a ela equiparado, ou ainda, nela cristalizado. É preciso, segundo ele, não perder de vista a distinção entre sujeito e subjetividade, ou seja, “sujeito e subjetividade são dois termos disjuntos que se excluem um ao outro no tempo em que aparecem.” (p.152)

O autor concentra sua articulação na dificuldade atual da comunidade analítica, em discernir o que constitui o sujeito e qual é a sua condição subjetiva na sociedade contemporânea, uma discussão incitada pelo *Discurso de Roma*:

Que renuncie à prática analítica aquele que não conseguir encontrar em seu horizonte a subjetividade de sua época. Pois, como poderia fazer de seu ser eixo de tantas vidas quem nada soubesse da dialética da dialética que o compromete com essas vidas num movimento simbólico. Que ele conheça bem a espiral a que o arrasta sua época na obra contínua de Babel, e conheça sua função de intérprete na discórdia das línguas... (LACAN, [1953] 2003, p.149)

Porge (2009) discute um pensamento que vem sendo disseminado na comunidade analítica através de publicações de Charles Melman e de Jean-Pierre

Lebrun, frente à emergência do que eles nomeiam de “nova economia psíquica” ou, a NEP. Essa nova economia seria responsável pela determinação de uma mutação do sujeito, transformando-o em “neo-sujeitos”. Devido a uma nova estrutura da psique e uma nova possibilidade de transgredir as leis da linguagem, surgem as novas patologias, que eles definem como signos desses novos sujeitos. Os psicanalistas citados por Porge atribuem esse fato ao declínio do pai, “(...) ao questionamento da legitimidade de seu lugar, “a morte da sociedade hierárquica”, a desapareção da transcendência (...)” (PORGE 2009, p.147, grifo do autor) Para eles na “nova economia psíquica” o simbólico não teria mais o lugar de terceiro.

O estudo das mudanças da sociedade e seus efeitos sociais e psicológicos dizem respeito aos sociólogos e psicólogos: a posição do analista deve ser outra. Porge (2009) retoma a advertência que Lacan faz ao analista, no sentido de não confundir as necessidades cotidianas da presença do pai biológico e a falta do pai como significante na metáfora – “O único risco é que um pai se tome pelo pai.” (p. 147) Dizer que o pai, uma vez órfão do patriarcado, não está habilitado a intervir, é servir a um empirismo que se presta a instituir e dar sustentação às novas patologias que, por sua vez, justificam a existência dos neo-sujeitos.

Tomemos o caso da hiperatividade. Na obra de Charles Melman e Jean-Pierre Lebrun lemos: *J.-P. Lebrun*: Não seria possível evocar, a propósito do “parar quieta” [*Tenir en place*] precisamente essas crianças hiperativas que os pediatras chamam de hipercinéticas? Esse sintoma não remeteria também à nova economia psíquica? *C. Melman*: Certamente”

Uma coisa é afirmar que uma criança “não para quieta”, e outra é fazer disso “o sintoma” (psiquiátrico) de uma doença que se vai chamar “hiperatividade”. Essa doença, como se sabe, não tem nenhuma consistência estrutural, ela é produto de uma invenção de laboratórios ansiosos por vender Ritalina. (PORGE, 2009, p.147-148, grifo do autor)

O que está em jogo quando nos deparamos com uma criança diagnosticada como “hiperativa” é mais uma denegação do significante “parar quieto”, que em cada caso, assume uma significação diferente que faz agir segundo o significante ao qual ele remete. O rótulo de “hiperativa” transforma as

crianças que não param quietas, na alegria das estatísticas e dos sofisticados laboratórios de exames clínicos e psicológicos.

No entender de Porge (2009) a “nova economia psíquica”, “participa de uma denegação das conseqüências do ato de nomeação e retorna a uma posição anti-saussuriana, em que a linguagem seria uma nomenclatura.” (148) A nova economia psíquica é um erro na medida em que conjuga, na prática e na doutrina, uma confusão entre psicanálise, sociologia e psicologia.

O fato do homem contemporâneo nascer em um cenário povoado de pessoas emudecidas pelas catástrofes e empobrecidas de experiências partilháveis, indivíduos muitas vezes privados até mesmo de sua biografia, em uma sociedade cuja legitimidade do lugar do pai está em declínio e a família sob sujeição, caracterizando assim, a morte da hierarquia e a desapareição da transcendência, não caracterizam, para o autor, a necessidade de definirmos uma nova estrutura psíquica.

A subjetividade de nossa época, segundo Lacan ([1953] 2003) no *Discurso de Roma*, diz respeito ao pior; no entanto, o sujeito deve alcançá-la em seu horizonte, que está lá e ao mesmo tempo inexistente como um lugar atingível. Isso significa dizer que ela não está ali posta; ela está justamente no ponto de fuga da perspectiva, no furo. Falar da subjetividade de nossa época propõe uma questão muito genérica e assim impede a elaboração de uma resposta satisfatória, uma vez que não podemos dizer que há uma subjetividade comum a uma época.

Alcançar o horizonte proposto por Lacan, implica elegermos um percurso que observe um uso mais rigoroso do termo sujeito. Não se trata, argumenta Porge (2009), de conceber o sujeito como “(...) um sujeito transparente a si mesmo e aos outros, e resumindo-se a uma soma de informações que o objetivam em uma representação e o identificam.” (p.152) É necessário definir o sujeito como um *ser falante*, imerso no campo da linguagem, representado por um significante para outro significante, constituído pelas operações de alienação e separação e pela metáfora paterna que dão a ele, o estatuto de um ser singular e de uma existência única. Cito:

Definir a existência lógica de um sujeito do inconsciente, diferente do eu [je] gramatical, é a forma que Lacan encontrou para

responder à questão de Freud em sua *Metapsicologia*: “Como chegar ao conhecimento do inconsciente” sem transformá-lo em segunda consciência? O sujeito do inconsciente não é sujeito no inconsciente. Ele nada tem de substancial, é momento de eclipse que se manifesta na fenda de um equívoco [*J'une bévue (Unbewusste)*]. Para o “eu” [*je*] que fala, o sujeito do inconsciente é um “ele” [*Il*] e não outro “eu” [*je*]. O sujeito é a própria divisão entre esse “eu” [*je*] que fala e esse “ele” [*Il*]. Ele se situa “em um grau secundário da alteridade.”<sup>14</sup> O que Freud chamava de a “hipótese do inconsciente” Lacan substitui pela “hipótese do sujeito”, tomando *hipótese* no sentido literal (*hypo*, o que está debaixo, *sub*). E o que está sob é o sujeito (*sub-jet*). (PORGE, 2009, p.153)

A proposta de Porge (2009) é estabelecer uma disjunção entre sujeito e subjetividade; “(...) o sujeito não tem subjetividade, ele não se subjetiva, ele se institui na sua destituição, porque ele é apenas representado por um significante para outro significante.” (p.152). Se até esse momento discutimos e investigamos a estruturação do sujeito e a importância do processo de subjetivação na sua constituição, o que ele propõe subverte essa idéia? Entendemos que não, o sujeito se constitui subjetivamente e esse fato é vital para sua experiência de viver e relacionar-se em um grupo social; no entanto, ele não é somente isso, é necessário que o sujeito se descole da sua subjetividade para se aproximar da sua verdade.

Ao se fazer coincidir sujeito e subjetividade pela via da identificação do sujeito ao discurso social, criaremos graves consequências para a psicanálise. Escolher essa via significa ignorar a fala singular e lançar o sujeito em uma alienação imaginária. Porge (2009) afirma: “O ser do sujeito não é a subjetividade, é seu excremento.” (p.155)

Pensar o sujeito como excremento significa atribuir a ele só o lugar de resto, de dejetos, aquilo que sobra e pode ser jogado fora, não tem valor social e por consequência, nem valor de mercado. O sujeito sem subjetividade a ninguém interessa, pois, deslameado da sua subjetividade ele estará despido daquilo que o caracteriza e o faz ser reconhecido como alguém no seu tempo e na sua época.

No entanto, mesmo que estranho e paradoxal, não interessa ao sujeito constituir-se na subjetividade que não seja a da sua época. Falar do sujeito contemporâneo significa para Porge (2009) saber do que estamos falando, ou a

---

<sup>14</sup> LACAN, *a Instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*, Escritos, 1998, (p.529)

que Lacan está se referindo e, com certeza, não se trata de estar simplesmente em acordo com a moda.

A moda é sugerida por Agamben (2009) em seu texto – *O que é contemporâneo?* – como um exemplo para compreendermos o que significa ser contemporâneo de sua época. Sua proposta é pensar que a moda por sua função mesma, instaura uma peculiar descontinuidade no tempo que pode ser expresso com as palavras “estar” ou “não estar” na moda. O “agora” da moda acontece num momento talvez indeterminável isto é, no momento mesmo de criação do estilista, quando ele concebe o traço. Assim, uma vez posta em desfile, a coleção então desenhada, já é coleção passada. O tempo da moda, dessa forma, está constitutivamente adiantado a si mesmo e, por isso mesmo sempre atrasado, entre um – “ainda não” e um “não mais”.

Segundo Porge (2009) é esse mesmo o sujeito que interessa à psicanálise, um sujeito sem subjetividade que só pode ser apreendido na luz da escuridão, num raio, no horizonte, um sujeito que está lá desde sempre e se presentifica pela palavra, na sua condição mesma de falante, num constante (des)velar, num “ainda não” e um “não mais”. Sempre tão intangível e ao mesmo tempo real. Não há, portanto um “neo-sujeito” e as condições psicológicas e sociais de cada época determinam as mudanças de comportamento, mas não determinam o sujeito no que diz respeito à sua estrutura. Em qualquer época ele irá se constituir subjetivamente pelas operações de alienação e separação, e será falado, sempre dividido e sobredeterminado pela linguagem. O sujeito é aquele que nasce como enigma do desejo do adulto, ele é a pergunta, cuja resposta é sempre meia verdade. Nessa condição, não importam os valores sociais que regem sua época, ele as enfrentará e padecerá dos seus efeitos.

Se a *Verneinung* – *negação* – se estabelece sobre a possibilidade de uma *Bejahung* – *afirmação* – é nessa condição que podemos ver surgir o sujeito na sua singularidade, esse sujeito pode ser considerado como um precipitado, ou ainda, um furo. Esse é segundo Porge (2009) o sujeito que interessa à psicanálise.

O sujeito só se reconhece na subjetividade de sua época de forma fugaz, uma vez que ele só pode aparecer por meio do significante como uma pulsação ou um impulso; não de forma fixa, cristalizada, mas transitória, deselameado de sua subjetividade para em seguida desaparecer novamente por

trás do significante. Conviver com esse jogo, essa condição de não saber sobre esse sujeito que é suposto, porém, nada supõe, não é nada simples, mesmo para a comunidade psicanalítica. Como é possível desvelar o sujeito que se esconde de si mesmo, naquilo mesmo que o significa? Cito *Discurso de Roma*:

Ora, o real com que se defronta a análise é um homem a quem é preciso *deixar falar*. É na medida do sentido que o sujeito traz, efetivamente, ao pronunciar o “eu” [je], que se decide se ele é ou não *aquele que fala*; mas a fatalidade da fala, ou seja, a condição de sua plenitude, pretende que o sujeito, por cuja decisão se mede propriamente, a cada instante, o ser em questão, em sua humanidade, seja tanto aquele que fala quanto aquele que escuta. Porque, no momento da fala plena, ambos participam dela igualmente. (LACAN, [1953] 2003, p. 143)

## 5) A PALAVRA QUE (DES) VELA

*“O que essa estrutura da cadeia significante revela é a possibilidade que eu tenho, justamente na medida em que sua língua me é comum com outros sujeitos, isto é, em que essa língua existe, de me servir dela para expressar ‘algo completamente diferente’ do que ela diz. Função mais digna de ser enfatizada na fala que a de disfarçar o pensamento (quase sempre identificável) do sujeito: a saber, a de indicar o lugar desse sujeito na busca da verdade.” (LACAN, *Instância da Letra*, 1966 p.508)*

Investigamos até aqui a potência da palavra na sua função de transmitir o essencial para que o sujeito possa habitar o campo da linguagem, como operadora de uma das três ordens necessárias para que se estabeleça uma condição de nascimento e estruturação do sujeito e na destituição da sua subjetividade. Cabe ainda, uma análise da sua eficácia no (des) velar do sujeito.

O sujeito assim constituído na sua subjetividade, pouco ou nada sabe daquilo mesmo que o causou e na medida em que, por circunstâncias diversas, ele se vê às voltas com sua vida que não caminha, com as repetições de cenas e situações, ou ainda, vivendo sob o jugo da sua própria condição de aprisionado, pode precisar de ajuda.

A proposta do método psicanalítico consiste numa práxis que busca decifrar as questões inconscientes que determinam o sujeito e, por conseguinte, seus avatares. Lacan ([1953]1998), em seu texto *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise* adverte o analista para que não abandone o fundamento da fala em seu campo de fundação – a fala materna – e a dialética que o estrutura em favor de linguagens já instituídas, que pouco ou nada, oferecem para abrandar a ignorância do inconsciente como linguagem. Cito: “Quer se pretenda agente de cura, de formação ou de sondagem, a psicanálise dispõe de apenas um meio: a fala do paciente. A evidência desse fato não justifica que se o negligencie.” (p.248)

A discussão proposta pelo alerta de Lacan à comunidade analítica é essencial e, nos interessa, muito precisamente, pelo que dela Lacan se utiliza para esclarecer a importância da função da fala e da linguagem. Importância essa que ele não restringe ao nascimento e constituição do sujeito, mas estende também aos efeitos que podem ser experimentados com a mesma potência, na

clínica psicanalítica para fazer falar o inconsciente do sujeito, naquilo mesmo que o constituiu. Cito Lacan ([1953] 1998):

Tamanho é o pavor que se apodera do homem ao descobrir a imagem do seu poder que ele dela se desvia na ação mesma que lhe é própria, quando essa ação a mostra nua. É o caso da psicanálise. (...) Podemos acompanhar, ao longo dos anos decorridos, essa aversão do interesse pelas funções da fala e pelo campo da linguagem. (p.243)

Esse trecho, proferido por Lacan ([1953] 1998), corresponde ao primeiro parágrafo da Introdução ao texto *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise* e se refere a uma crítica aos psicanalistas que, segundo ele, transformaram os conceitos freudianos em preceitos. Em verdade, o movimento de Lacan, conhecido pela comunidade psicanalítica como “um retorno a Freud”, refere-se a um retorno aos conceitos freudianos. Para Lacan, a psicanálise é uma práxis e, assim sendo, não há dúvidas de que a única saída para ela como tal, saída no sentido de não se afastar da sua verdade, só poderia ser um retorno ao estudo daquele que a criou. Considerando o método da cura pela fala, ou ainda, da associação livre, não é possível, para ele, conceber a formação do analista onde um estudo sobre as questões que envolvem a fala e a linguagem sejam negligenciados. Cito: “(...) no qual o psicanalista deveria tornar-se mestre/senhor, das funções da fala.” (p.245)

Lacan entende que sua tarefa nesse momento consiste em viabilizar uma técnica aplicável, porém, não sem uma compreensão do que se faz como acontece com aqueles que a exercem sem o conhecimento dos conceitos que a fundamentam. Sua proposta neste texto busca demonstrar que a teoria freudiana adquire pleno sentido ao se orientar no campo de linguagem e se organizar pela função da fala.

O perigo de se ignorar a importância da função da fala na estruturação do inconsciente do sujeito é segundo Lacan ([1953] 1998), a de escutá-la no seu vazio acreditando que o sentido de tudo aquilo que está em jogo no sintoma do paciente está enunciado na realidade dos fatos. É preciso escutar o que o sujeito não diz, ou melhor, para além do vazio do seu dito, o que ele enuncia.

A arte do analista traduz-se, em suspender as certezas do sujeito, até que todas as suas fantasias se consumem. Mesmo que o discurso pareça vazio,

no seu valor aparente, a fala preserva sempre, como já discutimos anteriormente, seu valor de tésseira. Cito: “Mesmo que não comunique nada, o discurso representa a existência da comunicação; mesmo que negue a evidência, ele afirma que a fala constitui a verdade; mesmo que se destine a enganar, ele especula com a fé no testemunho.” (LACAN, [1953] 1998, p.253)

Cabe ao psicanalista no exercício de sua função, saber que o relato de uma história cotidiana através de uma fábula, na verdade dirige ao bom entendedor, por meias palavras, uma longa prosopopéia<sup>15</sup> que nada sabe sobre o que está transmitindo e a quem está falando. É a pontuação certa, precisa e oportuna do analista na sua escuta que dá sentido ao discurso do sujeito. O aspecto mais ingrato da função da fala na análise é justamente a fala vazia, onde o sujeito parece falar em vão sem nunca conseguir incorporar nela o seu desejo.

A experiência clínica de Freud fundamenta a presença do sujeito na enunciação de sua fala pelo seu (des) velar em condição de análise. Neste caso, podemos dizer que toda fala interessa em condição de análise e irá, certamente, auxiliar aquele que dela faz uso, a perceber como é possível ver surgir o sujeito e seu desejo, por uma palavra, mesmo que por um instante, um lampejo.

Temos então: o sujeito, que é habitado pela linguagem e, por sua vez, é mais falado do que fala; e o outro, que ouve, e que, em condição de análise, tem poder de decisão no que se refere à significação. O não compromisso com a verdade da história que o paciente narra, assim como nas fábulas, no canto xamã, nos contos, nas histórias de Scherazade, e a particularização do modo como os pacientes formulam certas idéias é que possibilita, o (des) velar do sujeito no discurso analítico. Algo emerge na cadeia associativa, sem pensar, que permite a revelação do sujeito e, a estrutura da transferência como colocação em ato dos dois lugares do discurso, autoriza a interpretação do analista.

A palavra, conforme no diz Lacan ([1953-54] 1986), deve ser tomada, nessa experiência, como ponto central de uma relação a três – o sujeito, o outro e a palavra – não sem considerar a existência de uma inter-relação imaginária entre analisado e analista. O momento significativo de uma sessão depende da palavra e do seu movimento de balança em direção ao seu ouvinte.

---

<sup>15</sup> Figura pela qual o orador ou escritor empresta sentimentos humanos e palavras a seres inanimados, a animais, a mortos ou a ausentes; discurso empolado e veemente.

No *Discurso de Roma*, Lacan ([1953] 2003) afirma que a análise consiste em distinguir a pessoa que se encontra deitada no divã analítico daquela que fala, assim não serão mais duas. Se considerarmos o jogo e, ainda somarmos quem escuta e o morto chegaremos a quatro:

(...) onde está o eu do sujeito? Admitindo isso, convém dizer que a situação não é a três, mas a quatro, com o papel do morto, como no bridge, sempre fazendo parte da partida, e tanto que, não se o levando em conta, é impossível articular seja lá o que for que tenha sentido a propósito de uma neurose obsessiva. (p.151)

No texto, sobre a *Verneinung* de Freud, no *Seminário 1*, Lacan ([1953-54] 1986) destaca a função da palavra em diferentes processos da teoria freudiana. Na análise dos sonhos, a imagem onírica tem paradoxalmente função de palavra, cito: “(...) quanto à análise freudiana do sonho supõe que ele tem função de palavra (...)” (p. 67) Nos casos de esquecimento, ele se refere mais especificamente ao esquecimento do nome próprio exemplificado por Freud ([1901]1996) no texto *Psicopatologia da Vida Cotidiana*: “(...) igualmente a significação da palavra não dita porque recusada, porque *verworfen*, rejeitada pelo sujeito. Fiz vocês sentirem o peso próprio da palavra no esquecimento de uma palavra (...)” (p.67) Poderíamos citar ainda, a partir do texto lacaniano, a questão do lapso e do chiste, momentos em que a palavra escapa durante a fala, expondo o sujeito ao seu próprio desejo, sem que ele tenha consciência disso. Desse modo, a palavra tem o poder de presentificar o sujeito naquilo mesmo que o constitui, fazendo com que ele apareça em seu desejo por uma centelha.

Para pesquisar a eficácia palavra no (des) velar do sujeito, escolhemos trabalhar com o efeito produzido pela negativa. O fato que determinou a nossa opção foi a escolha de Lacan em extrair a lógica da fundação do sujeito do texto freudiano, *Die Verneinung*<sup>16</sup> (Freud [1925] 1996). É importante esclarecer que, pelo fato de existirem diferentes traduções do texto freudiano, que apesar de breve é extenso na sua complexidade, elegemos para orientar esse trabalho a

---

<sup>16</sup> *Die Verneinung*: termo alemão derivado do verbo *Verneinen* que significa – dizer não. Nos textos traduzidos ou escritos em português nos deparamos com dois termos: Negação ou Negativa e Denegação. Desta forma optamos pela forma original em alemão – Die Verneinung.

tradução das Obras Completas de Freud (1996) e como suporte o comentário e a tradução de Vidal (1989) “Comentário sobre *Die Verneinung*”.<sup>17</sup>

A proposta da teoria freudiana nesse artigo é pensar que lá onde existe um *não* no discurso, há uma afirmação. Ou seja, para Freud ([1925] 1996), é precisamente, na afirmação que o paciente não faz, a despeito da pontuação ou da interpretação do analista, que o sujeito, pode dizer a verdade sobre ele. A palavra, nessa condição de negativa, opera um (des) velar do sujeito, que insiste em manter-se encoberto. Cito:

“Agora o senhor vai pensar que quero dizer algo insultante, mas eu não tenho realmente essa intenção.” Compreendemos que é um repúdio, por projeção, de uma idéia que acaba de ocorrer. Ou: “O senhor pergunta, quem pode ser essa pessoa no sonho. “*Não* é minha mãe.” Emendamos isso para: “Então, é a mãe dele.” Em nossa interpretação, tomamos a liberdade de desprezar a negativa e de escolher apenas o tema geral da associação. É como se o paciente tivesse dito: “É verdade que minha mãe veio à lembrança quando pensei nessa pessoa, porém não estou inclinado a permitir que essa associação entre em consideração. (FREUD [1925] 1996, p. 265).

Destacamos no trecho citado o lugar do Outro, enquanto analista: “Agora o senhor vai pensar...”, e o lugar onde o sujeito vai enunciar-se: “que quero dizer...”, no entanto, ao preço de um desconhecimento denegatório: “porém *não* estou inclinado...”. Está presente a estrutura da transferência, como colocação em ato dos dois lugares do discurso, o que, assim sendo, e só assim, autoriza a interpretação do analista. Há um processo em jogo na articulação do discurso, que Freud define como denegação por projeção.

Definir os termos denegação e projeção e, estabelecer a relação desses mecanismos de defesa, com o discurso em questão, contribui para continuarmos nossa análise. O processo de denegação pode ser compreendido como uma recusa constituída na lei do discurso que toma consistência imaginária através do mecanismo de projeção, considerando por projeção o movimento de colocar definitivamente no exterior um conteúdo do interior do sujeito. Nesse mecanismo a projeção nos informa a existência de um outro e o sujeito que, por sua vez, se determina em posição de exclusão à cadeia de significantes que se

---

<sup>17</sup> Publicado pela Revista Letra Freudiana intitulada *Escola, Psicanálise e Transmissão*, Ano VII – n.5, pp. 16-31.

articula no Outro: “Agora o senhor pensará... porém eu não...”. A seguir, temos a constituição do sujeito no campo do outro: “O senhor pergunta...” “Não é minha mãe.” Nas entrelinhas, aparece o desejo do Outro. E o analista afirma: “Então, é a mãe dele.”

Que tipo de interpretação Freud ([1925] 1996) dá a essa frase? É possível dizer que se trata de uma construção simétrica, onde o *não* e o *sim* são equivalentes? A resposta seria não, pois se considerássemos uma simetria estaríamos falando de uma formulação técnica de defesa do ego. A intervenção de Freud, neste caso, extrai do enunciado o campo da enunciação e assim, faz vigorar a divisão que funda o sujeito. Sua interpretação se estabelece a partir do lugar da falha do Outro e, extraí daí a certeza do ato da palavra: “Emendamos isso para: “Então é a mãe dele”. O paciente então, ratificando o ato, não denota prazer em admitir que “... é a mãe...”, e faz valer o interdito do objeto pela Lei – do Nome do Pai. Surge então, a partir do “não é...” a relação do sujeito ao ser, que aparece como um “não sou”, para selar seu esvanecimento no discurso. O significante instaura o lugar da ausência, onde o sujeito se designa como falante.

É na falha do enunciado que é possível ver surgir uma enunciação sutil que denuncia, seja na instabilidade dos elementos da cadeia de significantes, na indicação pronominal ou na partícula de negação, a presença do sujeito. O sujeito da enunciação não sabe o que diz porém, o que lhe é estranho, se revela como verdadeiramente íntimo. O sujeito que o desejo atravessa não se confunde com a cadeia do enunciado; ele é deduzido, nesse momento, da fórmula da negação.

Esse não saber do sujeito está ligado a um conjunto de reações relativas à resistência e ao recalque que, por sua vez, criam obstáculos no desenrolar do processo analítico e, segundo Lacan ([1954] 1998), no seu texto *Introdução ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “Verneinung” de Freud*, não devem ser negligenciadas, ao custo de grandes danos, cito: “Pois o homem que, no ato da fala, reparte com seu semelhante o pão da verdade, partilha a mentira.” (p.381) Neste sentido, Lacan fala não só da condição do sujeito de um não saber sobre si mesmo, como faz um alerta aos psicanalistas, afirmando que a resistência em análise é sempre do analista.

A problemática relação do sujeito consigo mesmo, especialmente na estrutura neurótica, cria uma estratégia covarde que repousa sobre a permanente denegação do desejo. É, portanto, função do analista afirmar, como sentido exato,

o que a neurose rejeita. Nesse texto, segundo Lacan ([1954] 1998), Freud estabelece um laço solidário da negação com o recalque, ou seja, ele demonstra como a negação se apresenta como uma *Aufhebung* – suspensão do recalque, que assegura a aceitação intelectual do recalcado.

A tradução da palavra *Aufhebung* sinaliza uma questão contraditória, pelo fato de significar ao mesmo tempo, suprimir, abolir, como também conservar. Por esse motivo pode ser definida como uma suspensão temporária do recalque capaz de suprimir uma das suas conseqüências; no entanto, ao mesmo tempo, o mantém preservado, possibilitando, que o recalcado penetre na consciência sem afetar o trabalho do recalque. Nesse processo o intelectual e o afetivo permanecem divididos subjetivamente. O recalque opera sobre a representação, o intelectual, e produz ao mesmo tempo um resíduo impossível de ser assimilado – o afeto.

A negação realiza a aceitação da representação sob uma condição: a condenação. E nessa condição para Lacan ([1954] 1998) a representação entra no discurso, porém, marcada pelo *não* que, nessa condição, se apresenta como o certificado de origem do recalque. A condenação é um juízo de negação que afirma precisamente, a função inconsciente de juízo. É o *não* da frase que libera parcialmente o discurso dos efeitos do recalque.

Nos *Escritos*, o Sr. Hyppolite ([1954] 1998), utiliza o termo *Aufhebung* – suspensão – que seria a operação que separa o intelectual do afetivo e, o intelectual autônomo, que segundo ele, estaria na gênese do juízo e do pensamento. A *Aufhebung* – suspensão é o mecanismo que torna possível a utilização do inconsciente porém, mantendo o recalcado, para que possa ser retomado e reutilizado em uma nova espécie de suspensão.

Na aposta freudiana, a suspensão, diferentemente da articulação do Sr. Hyppolite, não propicia uma reutilização do recalcado, mas, a *Aufhebung* é um sutil modo de funcionamento que produz uma ligação entre *Verneinung* e *Verdrangung* – repressão. Podemos dizer que o “não” marca a origem, separa significante e significado, e opera no discurso a impossibilidade que o recalque originário institui na estrutura do sujeito da enunciação. Temos então a falta do ser do discurso inconsciente. O “não” certifica a perda a que o discurso condena o irrepresentável do real e atesta o limite, o impossível da língua.

## Função do juízo

Para prosseguir no texto freudiano é preciso entrar na discussão sobre as questões que envolvem o campo do juízo para investigar qual seria a função do juízo na constituição e na presentificação do sujeito para Freud.

O julgar, segundo Freud ([1925] 1996), é simplesmente uma ação intelectual que decide sobre a escolha da ação motora. O julgamento decide, coloca um fim à protelação do pensamento, e conduz do pensar ao agir. No texto freudiano sobre a *Verneinung* a função intelectual do juízo aparece definida como aquela que permite afirmar ou negar os conteúdos de pensamento e se apresenta indissociável da lei do discurso. Para Freud, negar significa querer recalcar. Cito:

De vez que afirmar ou negar o conteúdo de pensamento é tarefa da função do julgamento intelectual, o que estivemos dizendo nos levou à origem psicológica dessa função. Negar algo em um julgamento é, no fundo, dizer: 'Isto é algo que eu preferia reprimir.' Um juízo negativo é o substituto intelectual da repressão; ou seu 'não' é a marca distintiva da repressão, um certificado de origem – tal como, digamos, 'Made in Germany'. Com o auxílio do símbolo da negativa, o pensar se liberta das restrições da repressão e se enriquece com o material indispensável ao seu funcionamento correto. (p.266)

Quanto à função do juízo competem duas decisões: a primeira implica uma determinação que, no discurso, conduz a uma resolução; a segunda desemboca em um ato conclusivo, que acarreta modificações definitivas para o aparelho psíquico. Essa função se realiza em dois tempos: atribuição e existência.

No que diz respeito ao juízo de atribuição, duas decisões devem ser tomadas: atribuir ou negar uma qualidade a uma coisa (boa ou má); conceder ou impugnar existência de uma representação na realidade. Freud ([1925] 1996) exemplifica: comer ou cuspir, introduzir ou expulsar, dentro ou fora de mim. O *eu*, prazer originário, quer introduzir tudo que é bom e lançar fora de si tudo que é mau. Para Lacan ([1954] 1998), no texto *Comentário falado sobre a "Verneinung" de Freud por Jean Hypolite*, trata-se de um juízo que age e destitui o sujeito do lugar de agente. É no campo do Outro que esse juízo se desencadeia ao menos a primeira vez e possibilita uma distinção pré-subjetiva de dentro e fora. Aqui, o que

atua de fato, são os significantes do Outro. A pulsão está nesse momento relacionada à função orgânica, numa relação que não é de apoio ou complementar, mas de subversão. Ela só pode ser concebida porque o sujeito fala, porém, ele fala sem saber que fala.

O mecanismo da introjeção é próprio do simbólico e sinaliza o movimento da fundação do traço a partir do campo do Outro, lugar de onde surge uma marca de inscrição, que é a do ser vivente afetado pelo significante. Entretanto, há sempre um resto na operação da inscrição e é esse resto que determina, ao mesmo tempo, uma expulsão radical como a produção de algo opaco ao significante, algo que se recorta *fora de mim*. Temos então que o não assimilável é lançado e ao mesmo tempo, mantido fora da primeira inscrição. Essa divisão dentro/fora, presentifica a questão da qualidade no nível do eu – prazer: bom/mau, útil/nocivo. O *dentro* está inscrito no simbólico, o *fora* é o real primeiro.

O juízo de atribuição é, na lei do princípio do prazer a regulação do significante. A atribuição sela a impossibilidade do discurso para apreender a *Coisa* e, assim, *Das Ding* (a coisa), surge como tributária da lei da palavra. Lacan ([1954]1998), ainda no texto *do Comentário falado sobre a “Verneinung” de Freud*, vai dizer que a *Coisa* é a primeira que pode separar-se de tudo aquilo que o sujeito começou a nomear e articular é, irrepresentável, condição essa de toda representação.

As operações de alienação e separação, que por sua capacidade operacional classifica o sujeito na sua condição de dependência significante ao lugar do Outro materno, se manifestam pela via da *negativa*. Não foi por acaso que Lacan escolheu esse texto, *Die Verneinung*, para falar sobre a constituição do sujeito, e é importante destacar que, o de que se trata, nesse momento inicial de separação, é a questão de uma *Bejahung* – afirmação primeira, que está correlacionada a uma inclusão significante e comporta uma *Austossung* – expulsão do eu, que constitui o real excluído da ordem do simbólico.

Quanto ao juízo de existência Freud ([1925] 1996) fala, não sobre uma certa existência, mas sobre a existência real de uma coisa representada que se funda sobre esta divisão entre simbólico e real. Já não se trata mais de algo percebido, uma coisa, que deva ou não ser acolhida no *eu*. É, antes de tudo, algo existente no inconsciente como representação e que é possível ser encontrado

também pela percepção na realidade. O juízo de existência não encontra o objeto, ele procura reencontrá-lo.

Essa decisão, como sucessão de uma expulsão primeira – *Austossung*, determina o real como fora da simbolização. A negação – *Die Verneinung*, se estende no domínio da realidade. A relação entre a *Bejahung* e a *Verneinung*, significa: a negação se estabelece sobre a possibilidade de uma afirmação. Sobre uma frase afirmada, que pode ser riscada, apagada, temos então a elisão do significante. Lacan afirma ([1954] 1998) no texto *Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “Verneinung” de Freud*, que a elisão está na matriz da *Verneinung* e determina o lugar do sujeito no corte significante.

Vidal (1989) propõe considerarmos dois tempos: no primeiro o aparelho psíquico se satisfaz com a existência da representação – a sua afirmação – como garantia do representado; no segundo é a inclusão da ausência a que fornece uma segurança duradoura no funcionamento psíquico. A *Verneinung*, pela sua condição negativa, afirma o sujeito no lugar em que uma coisa pode deixar de existir: “não, não é”. O sujeito, inconsistente na cadeia significante é introduzido na dimensão de falta a ser, onde o desejo se apresenta como metonímia incessante dessa falta.

O pensar, para Freud ([1925] 1996), possui a capacidade de tornar de novo presente, pelo efeito da reprodução na representação, algo que foi percebido uma vez; dessa forma, enquanto objeto, não mais seria necessária a sua existência fora. Ele define como o primeiro e mais imediato objetivo da prova de realidade, reencontrar um objeto, certificar-se que ele ainda existe. O que não significa encontrar, na percepção real, um objeto correspondente. A prova de realidade, portanto, exige e força a representação a encontrar sua única fiança que é a de veicular uma falta e, por isso, trabalha na delimitação do buraco simbólico, a falta fundante do campo da representação.

A reprodução da percepção, na representação, não é sempre sua fiel repetição, podendo ser modificada por deformações das representações, omissões ou fusões de elementos diferentes. A condição determinada por Freud ([1925] 1996) para a instalação da prova de realidade, é que tenham sido perdidos os objetos que um dia trouxeram satisfação real, colocando assim o sujeito na trilha daquilo que o causa como desejante. É, portanto, neste nível do funcionamento psíquico que se consolida a distinção entre subjetivo e objetivo.

Para concluir nossa investigação sobre a função do juízo extraída da *Die Verneinung*, é necessário retomar o que define o julgar em Freud, que para ele não se estabeleça uma relação direta com o pensar. Julgar se define como uma ação que decide a escolha de uma ação motora e comporta desde sempre um questionamento ético. O julgar pode ser considerado como uma ação que se determina no simbólico – intelectual – uma decisão que determina a escolha da ação que deve orientar o aparelho psíquico na direção de causar uma transformação do mundo exterior. O pensar gera uma inércia, uma protelação infundável. O julgar possibilita, e ao mesmo tempo precipita uma passagem do pensar ao agir. Essa passagem pode ser compreendida como uma retificação da posição subjetiva em relação à causa do desejo, consecutiva à colocação em ato da perda do objeto, que vem no lugar da causa.

O julgar é a ação que estabelece a escolha e a definição e leva o aparelho ao ponto de sua decisão. A polaridade do julgar corresponde ao caráter de oposição dos dois grupos de pulsões: a afirmação – *Bejahung*, substituto da unificação que pertence a *Eros* (inclusão do eu); a negação – *Verneinung* – sucessão da expulsão (*Ausstossung*) que pertence à pulsão de destruição (expulsão do eu). Portanto, *Eros*, como unificação, está no ato inaugural em que o representante se fixa à pulsão, o recalque originário do representante. Por outro lado, a pulsão de destruição, o *um da desunião*, da dispersão, da hiância, a ser entendida por Freud como *muda*, ou seja, sem representante, metaforiza isso que do real determina a significância. O *não* da condenação é a própria afirmação do juízo, que realiza a inscrição de algo dessa falha na linguagem.

Freud ([1925] 1996), antes de concluir seu texto, diferencia a *Verneinung* do negativismo psicótico. Na psicose ele afirma que temos uma *Verwerfung* – rejeição, que exclui toda possibilidade de uma *Bejahung*. O que se dá é a rejeição do juízo primeiro, isto é, uma insuficiência de efeito metafórico, que impossibilita significar a realidade psíquica com a marca do falo. O negativismo é uma intrusão do gozo, uma petrificação do objeto, é uma questão de ausência de laço social, o fora do discurso da psicose que cria um abismo entre rejeição e negação.

O inconsciente se rege por outra lógica e, no que se relaciona à negação, exclui o princípio de contradição. Precisa do *não* fazendo dessa carência a verdade do seu discurso. A maior prova da existência do inconsciente,

para Freud ([1925] 1996), está na frase: “Não pensei isso...” (p.269) A *Die Verneinung* escreve de modo contundente o paradoxo do ser falante – não há nenhum *não* do inconsciente. O sujeito é sempre dividido entre o consciente e o inconsciente, entre um sentido inevitavelmente falso de si mesmo e o funcionamento automático da linguagem no inconsciente.

Quando em um campo que corresponde à subjetividade do sujeito, ele busca ser aquele que deveria ser, que esquece, desloca a palavra recalcada, afirma na palavra mesma que nega e ainda pode se presentificar na sua ausência por uma palavra.

No *Discurso de Roma*, Lacan ([1953] 2003) retoma a passagem de Freud, observando seu neto em uma brincadeira que se estabeleceu para que a criança pudesse dar conta da ausência da mãe. Era preciso que a criança dissipasse o mal estar produzido pela falta da mãe. Para significar essa ausência, o menino estabelece um movimento que faz sumir e reaparecer uma bola presa a um fio, num velar e desvelar constante. Uma brincadeira rudimentar que busca reproduzir o seu desconforto com a ausência da mãe e coloca em cena seu desprazer. A criança faz sumir e reaparecer dezenas de vezes o seu objeto. Capturado pelo funcionamento da linguagem, ela experimenta a possibilidade de converter seu desconforto em satisfação pelo seu jogo, que narra pelo movimento de repetição, a necessidade de obter satisfação mesmo na falta de seu objeto.

Ele surpreendeu o filho do homem no momento de sua captação pela linguagem e pela fala. Ei-lo ali, ele e seu desejo. A bola presa por um fio, ele a puxa para si, depois atira longe, torna a puxá-la e a relança. Mas escande sua puxada, sua rejeição e sua retomada com um oo, aa, oo, no que o terceiro sem o qual não existe fala não se deixa enganar, afirmando a Freud, que o escuta, que isso quer dizer: *Fort! Da!Sumiu! Taí! Tornou a sumir...* (LACAN [1953] 2003, p. 169)

O menino presentifica pela sua brincadeira, na sua condição de falante, um constante (des) velar, um “ainda não” e um “não mais”. Sempre tão intangível e ao mesmo tempo real. Na origem temos o que existe é a regra do jogo, a ordem simbólica de onde é possível ver as outras ordens, imaginário e real, tomarem seus lugares e se ordenarem.

O jogo é o sujeito, afirma Lacan ([1953] 2003) no *Discurso de Roma*, mesmo que as regras desse jogo tenham sido formuladas antes dele, ou ainda que tenham marcado suas cartas e, que o deixem fora do baralho, não importa só é possível jogar o jogo. E ele, o sujeito pode ser apreendido sempre entre o próximo lance e lance passado.

É que o outro e o desejo já estão presentes nos fantasmas incluídos nesse objeto simbolizador, juntamente com a morte, que por ter sido a primeira a se apoderar dele, dentro em pouco será a última a sair, para ser, muda, a quarta no jogo. O jogo é o sujeito, Mas, isso não impede que o baralhamento das cartas o preceda, que as regras tenham sido elaboradas sem ele, que outros tenham marcado as cartas, que ele possa estar fora do baralho, que os próprios vivos que estiverem jogando sob o domínio dos fantasmas só o anunciem por seu naipe, e que, seja qual for o jogo que se jogue, sabe-se que nunca se jogará senão no jogo. (p. 171)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Um lance de dados jamais abolirá o acaso”.*

*(MALLARMÉ)*

Apresentamos como objetivo desta dissertação, investigar o estatuto da palavra no campo dos estudos da linguagem, naquilo que interessa à psicanálise na construção do saber sobre a estruturação do sujeito.

O trajeto escolhido para responder a nossa questão inicial nos possibilitou concluir que a palavra, mesmo conservando seu valor de tésseira, nada pode fora do campo da linguagem. Seus efeitos e sua eficácia só podem ser sentidos através de um ato de fala, proferido na língua materna, dentro de uma cultura. É pela palavra falada que o sujeito se constitui na sua subjetividade e estabelece relações inter-subjetivas, porém, fora da função da fala e do campo da linguagem ela é só letra morta e não tem poder de ação e nada pode transmitir. A palavra que tem potência para atuar é a que advém do imaginário dos pais inseridos em uma ordem simbólica.

Nossa análise teórica demonstrou que os efeitos significantes produzidos pela palavra não tem poder de ação pelo efeito da palavra enquanto letra, mas por sua potência adquirida dentro de um processo de transmissão estruturado pela força da tradição de um povo que nela acredita. O que autoriza a ação é o que uma palavra significa para aquele que a pronuncia e para aquele que a escuta e a verdade que ela transmite.

Nossa investigação revelou ainda que a força da palavra é adquirida ao longo do tempo pelas gerações, cada uma com as características de sua época através dos acontecimentos que marcam um momento e, por essa ação criam novos traços na tradição de um grupo cultural. Podemos pensar que fatos marcantes que abrem uma ferida traumática em toda uma nação mudam o discurso de um povo e, dessa forma, também o sentido das palavras que, por sua vez, carregam em si todo o peso de um dizer marcado pela dor. Mesmo que esse fato não seja uma tragédia, podemos pensar ainda nos efeitos das descobertas, ou ainda, nas invenções importantes que causaram mudanças no rumo da

humanidade. No entanto, uma palavra mesmo dentro de uma nova realidade social não produz novos sujeitos, produz um dizer sobre uma nova situação a ser vivida pelo sujeito.

Deduzimos pela nossa pesquisa que uma palavra tem poder de ação sobre todo e qualquer sujeito durante uma conversação; no entanto, o que ficou aqui demonstrado é que pelo seu efeito significante ela atua não só como instrumento das relações intersubjetivas, mas no processo de subjetivação do sujeito. Sua atuação autorizada pela função da fala no campo da linguagem, permite que através dos seus efeitos significantes ela possa agir na estruturação do sujeito. Uma palavra estruturante que tem a potência de um código, uma senha, uma palavra mágica – “Abre-te Sésamo” – que uma vez pronunciada com precisão tem poder para abrir as portas e (des) velar o sujeito.

A clínica psicanalítica revela o poder da ação das palavras na formação das neuroses e preserva seu valor de tésseira no (des) velar do sujeito que se dá no estabelecimento da transferência em análise. Permite ainda presumir as graves consequências quando faltam palavras que possibilitem àquele que nasce; ascender à condição de falante e se estruturar como sujeito. Os efeitos desvendados no processo analítico se referem não a um efeito da palavra na sua capacidade de enunciar, mas pela sua potência de enunciação. Ela age ali mesmo onde existe o não sentido, onde ela significa sempre outra coisa.

Podemos afirmar que o estatuto da palavra na estruturação do sujeito não é outro senão aquele que age e que permite um dizer dentro de uma língua materna que fala a partir do campo da linguagem no seu grupo social e na sua época. A palavra fala de um lugar que denominamos de “campo da linguagem” onde se apresenta enlameada pela subjetividade de sua época, velando o sujeito. Trata-se de uma palavra que não diz a verdade sobre ele, ela só pode revelar através dos mitos ou ainda por lampejos, falhas ou esquecimentos ou por uma negativa, alguns fragmentos de verdade, porém sempre por um semi-dizer.

O sujeito sofre os efeitos da palavra durante todo o seu processo de concepção no inconsciente de seus pais e depende da palavra proferida pelo Outro materno que fala nele, falando dele e para ele. Uma palavra que pode contar sua história e falar a verdade sobre a realidade dos fatos que o envolvem no seu nascimento. As operações de alienação e separação e metáfora paterna apresentam o funcionamento da palavra que ao velar o sujeito o impede de

discernir o estranho do familiar e o familiar do estranho. Enevoadas pelo inconsciente e servindo ao desejo do Outro, as palavras no seu efeito significante fixam o sujeito no lugar designado pelo Outro.

Assim, o sujeito se apresenta sempre dividido, suposto e na condição de significante que representa um sujeito para um outro significante. Mas, para que ele possa ascender a essa condição é preciso que a palavra possa estar autorizada pelo campo da linguagem a agir no seu nascimento e constituição, seja para produzir sua divisão, seu velamento na alienação ou ainda, seu (des) velamento no processo analítico.

Lacan marca durante todo seu ensino a impossibilidade de existir sujeito fora do campo da linguagem e, desde então, toda a comunidade psicanalítica e também outros saberes se dedicam a explorar os desdobramentos desse ensinamento. No entanto, a questão proposta por essa dissertação estabeleceu um recorte que não se apresentou como algo simples – a palavra – e mantida a escolha muitas foram as dificuldades. No decorrer da pesquisa, por várias vezes nos vimos embaraçados entre os conceitos da Lingüística e da Psicanálise no que se refere a definir palavra, língua, fala, discurso e linguagem. Primeiro, por uma definição implicar na outra e ser condição para a outra, na estrutura do campo da linguagem e, ainda, pelas traduções do francês de *parole* e *mot* que alterna entre fala/palavra e palavra/palavra. Encontramos em alguns dicionários, ambas significando palavra e fala.

Os textos escolhidos para orientar e dar sustentação a nossa pesquisa causaram dificuldades pela complexidade, no entanto, deram consistência ao percurso e delimitaram a abrangência que o tema permite.

Lacan ([1953] 1998) no prefácio do texto *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*, diz que caso seu discurso, naquele momento, não fosse nada além de um *vagido*, ele ainda assim colheria os efeitos de poder renovar em seu ensino o que ele retira da linguagem. Plagiando Lacan, podemos dizer que todo trabalho de pesquisa produz efeitos mesmo que não sejam os desejados e o processo a que ele submete o pesquisador é quase sempre de crescimento e renovação do saber.

Nesse momento de concluir refiro-me à frase retirada da poesia de Mallarmé<sup>18</sup> citada na epígrafe. Ela oferece um o caminho poético para dizer sobre o estatuto da palavra na estruturação do sujeito. Se com Lacan dissemos – “o sujeito é o jogo”, dizemos agora com Mallarmé – que lancem os dados! Assim, como em um jogo de dados a palavra é lançada para aquele que nasce. O desejo é ganhar o jogo; porém, por ser mesmo um jogo, nada pode assegurar que o resultado será de sucesso ou de fracasso.

A impossibilidade de prever a decisão insondável do *ser* no momento do lance de dados do seu nascimento, condição para sua estruturação como sujeito é a única certeza com a qual podemos contar. Não há garantias no dado que rola ao acaso, da mesma forma que não se pode afirmar que mesmo tendo nascido no campo da linguagem, aquele corpo que nasce venha se tornar um *ser falante*. Não podemos contar que o dado nos dê o número seis, ou ainda um três ou talvez um cinco. O fato é que o número da vitória é o “Um” não da unidade, mas do sujeito. Abolir o acaso no lance de dados jamais será possível.

A suposição de que uma palavra tem poder para atuar de uma certa forma, em uma certa circunstância produzindo os efeitos esperados; pensar que a palavra tem poder de ação pelo que significa em si mesmo, é acreditar que o dado nos dará sempre o “Um”. A palavra, seus efeitos e a potência do seu agir estão ligados à imprevisibilidade e ao acaso, não há certezas. Uma palavra lançada pode ser escutada como um simples *vagido*, ou interpretada na sua enunciação, porém, jamais abolirá o acaso e é com isso que o sujeito na sua condição de suposto, pode contar.

---

18 Traduzida e comentada por Augusto de Campos (2006)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? e outros ensaios.** Tradução de Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

AGOSTINHO, Santo. O Homem e o tempo. In: **Os Pensadores.** Vol. VI. São Paulo: Abril S/A, Victor Civita, 1973, pp. 238, 239.

AUSTIN, John L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação.** Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990, pp. 26, 27.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I.** Tradução de Maria da Glória NoZak; Maria Luisa Neri. 4. Ed. Campinas, SP: Pontes, Ed. Unicamp, 1995, pp. 27, 30, 31

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral II.** Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989, pp. 20, 24.

CAMPOS, Augusto. **Mallarmé;** Augusto de Campos; Décio Pignatari; Haroldo de Campos – São Paulo: Perspectiva, 2006.

D'OLIM MAROTE, João T. (Org.) **Minidicionário Francês – Português.** São Paulo, SP: Editora Ática, 2001.

DOLTO, Françoise. **Auto-Retrato de uma Psicanalista.** Texto estabelecido por Alain e Colette Manier. Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1990, 137,138, 213.

DIDIER-WEILL, Alain. **Lacan e a Clínica Psicanalítica.** Tradução de Luciano Elia. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa Livraria Ltda., 1998, pp. 11, 12, 13.

FOUCAULT, Michel. Aula de 23.01.1974. In: **O poder psiquiátrico.** Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006, pp.303.

FREUD, Sigmund. (1900-1901) A Interpretação dos Sonhos e Sobre os Sonhos. In: **Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, vol. V. Rio de Janeiro: Imago, 1966, pp. 625, 635, 637.

FREUD, Sigmund. (1901) Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana. In: **Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, vol. VI. Rio Janeiro: Imago, 1966, pp. 67.

FREUD, Sigmund. (1908[1907]) Escritores Criativos e Devaneio. In: **Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, vol.IX. Rio de Janeiro: Imago, 1996, pp. 135.

FREUD, Sigmund. (1913-1914) Totem e Tabu. In: **Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, vol.XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

- FREUD, Sigmund. (1915) O Inconsciente. In: **Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996, pp. 175.
- FREUD, Sigmund. (1919) O Estranho. In: **Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, Sigmund. (1923) A consciência e o que é inconsciente. In: **Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996
- FREUD, Sigmund. (1925) A Negativa. In: **Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996, pp. 265, 266.
- FREUD, Sigmund. (1939[1934-38]) Moisés e o Monoteísmo. In: **Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, pp. 86, 119.
- FREUD, Sigmund. (1940[1938]) O Esboço da Psicanálise In: **Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- HOUAISS, Antonio (Ed.) **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- LACAN, Jaques. (1953) Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: **Os Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, pp. 238-324.
- LACAN, Jaques. (1953) Discurso de Roma. In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, pp. 139-172.
- LACAN, Jaques. (1953-1954) A Função Criativa da Palavra. In: **O Seminário: Livro 1 – Os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- LACAN, Jaques. (1953-1954) Introdução e resposta a uma exposição de Jean Hyppolite sobre a ‘Verneinung’ de Freud. In: **O Seminário: Livro 1 – Os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- LACAN, Jaques. (1954) Introdução ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “Verneinung” de Freud. In: **Os Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, pp. 381.
- LACAN, Jaques. (1954) Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “Verneinung” de Freud. In: **Os Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- LACAN, Jaques. (1954) Comentário falado sobre a “Verneinung” de Freud, por Jean Hyppolite Apêndice I. In: **Os Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LACAN, Jaques. (1955) A coisa freudiana ou o sentido do retorno a Freud em psicanálise. In: **Os Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, pp. 411,414.
- LACAN, Jaques. (1964) **O Seminário, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, 25,26, 193-200.

- LACAN, Jaques. (1969-1970) **O Seminário, Livro 17: O avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p.118.
- LACAN, Jaques. O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada. In: **Os Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LACAN, Jaques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: **Os Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, 508.
- LEVI-STRAUSS (1973) A Eficácia Simbólica. In: **Antropologia Estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976, pp.228.
- MASSON, Jeffrey M. (Ed). **A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess – 1887-1904**. Tradução de Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: Imago, 1986, pp. 273.
- MENESES, Adélia B. Literatura e Psicanálise: aproximações. In: **Do Poder da Palavra – Ensaio de literatura e psicanálise**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2004
- POMMIER, Gérard. Naissance du réel. In: **Qu'est-ce Que Le "Réel"? Essai psychanalytique**. Point Hors Ligne, Éditions érès, 2004, pp.11, 12, 18, 20.
- PORGE, Érik. O sujeito sem subjetividade. In: **Revista Literal, Campinas, n.12**. Tradução de Viviane Veras. pp.145-156, 2009. Ed. Eletrônica.
- PORGE, Érik. A ronda dos semi-ditos claros. In: **Revista Literal, Campinas, n.13**. Tradução de Paulo Sérgio de Souza Jr. pp. 123-146, 2010. Ed. Eletrônica.
- ROBERT, Paul (Ed.) **Le Robert – dictionnaire de La langue française – micro**. Montréal Canadá: Nouvelle, 1998.
- SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de lingüística geral**. S.Paulo: Ed. Cultrix, 1989, pp. 13.
- SZEJER, Myriam. **Palavras para nascer: a escuta psicanalítica na maternidade**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999, pp. 27, 28, 49, 50.
- VIDAL Eduardo A. Tradução e Comentário sobre Die Verneinung. In: **Letra Freudiana, Escola, Psicanálise e Transmissão**, Ano VIII – n. 5, 1989.
- VORCARO, Angela M.R. **Crianças na Psicanálise: Clínica, Instituição, Laço Social**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999, pp.74, 75.
- VORCARO, Angela M.R. **A Criança na Clínica Psicanalítica**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004, pp.66.